

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL

LEANDRO DA COSTA BARRETO

**A ARQUITETURA DO MEDO E A PAISAGEM LOCAL EM DOIS
BAIRROS NA CIDADE DE VILA VELHA - ES: BOA VISTA I E
PRAIA DA COSTA**

VILA VELHA
MARÇO / 2023

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL

**A ARQUITETURA DO MEDO E A PAISAGEM LOCAL EM DOIS
BAIRROS NA CIDADE DE VILA VELHA - ES: BOA VISTA I E
PRAIA DA COSTA**

Dissertação apresentada à Universidade de Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

LEANDRO DA COSTA BARRETO

VILA VELHA
MARÇO / 2023

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

B273a Barreto, Leandro da Costa.
A arquitetura do medo e a paisagem local em dois bairros de
Vila Velha/ES – Boa Vista I e Praia da Costa / Leandro da Costa
Barreto. – 2023
98 f. : il.

Orientador: Pablo Silva Lira.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) - Universidade
Universidade Vila Velha, 2023
Inclui bibliografias.

1.Segurança pública. 2. Arquitetura. 3 Violência. 4. Medo.
I. Lira, Pablo Silva. II. Universidade Vila Velha. III. Título.
CDD 363.3

LEANDRO DA COSTA BARRETO

**A ARQUITETURA DO MEDO E A PAISAGEM LOCAL EM DOIS
BAIRROS NA CIDADE DE VILA VELHA - ES: BOA VISTA I E
PRAIA DA COSTA**

Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do
Programa de Pós-Graduação em
Segurança Pública, para obtenção do grau
de Mestre em Segurança Pública.

Aprovada em 02 de março de 2023.

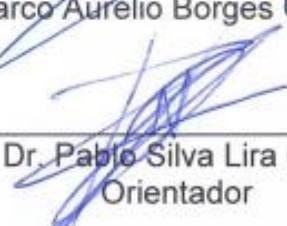
Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Pablo Medeiros Jabour (UFES)



Prof. Dr. Marco Aurélio Borges Costa (UVV-ES)



Prof. Dr. Pablo Silva Lira (UVV-ES)
Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me possibilitar vencer os obstáculos para cursar e concluir o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública na Universidade de Vila Velha/ES.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Pablo Silva Lira, por me acompanhar com zelo nessa jornada acadêmica.

Também sou grato aos demais professores, e ao suporte técnico administrativo do programa.

Sou agradecido a minha família que compreendeu o meu objetivo e as horas dedicadas ao estudo, subtraindo-me do seu convívio.

Obrigado aos colegas de turma de mestrado, pelo companheirismo, pelas palavras de incentivo e pela convivência nesse percurso.

Grato ao líder comunitário do bairro Boa Vista I, Sr. Fábio Barcelos, que me possibilitou entrar na comunidade e me acompanhou na lida de captação de imagens para a pesquisa.

Agradeço também ao Sr. Reginaldo Lopes Costa, que me acolheu na sua casa comercial durante as minhas visitas à comunidade.

Obrigado, Sra. Melissa Emanuelle da Vitória Alves, pelas preciosas informações para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço ao Sr. Yago Andrade Motta pela ajuda técnica na formatação do presente trabalho.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	11
1.1.JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA.....	16
1.2 METODOLOGIA.....	18
1.3 PRODUTO TÉCNICO CONFORME NORMAS DA CAPES.....	23
 CAPÍTULO II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/REVISÃO DE LITERATURA	25
2.1 A ESCOLA DE CHICAGO	332
2.1.1 Criminalidade e espaço urbano	34
 CAPÍTULO III. LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS URBANAS BRASILEIRAS	38
3.1 PLANO DIRETOR URBANO DA CIDADE DE VILA VELHA/ES	42
 CAPÍTULO IV. A ARQUITETURA DO MEDO	49
4.1 O MEDO LÍQUIDO SEGUNDO BAUMAN.....	56
 CAPÍTULO V. OS BAIRROS PESQUISADOS: BOA VISTA E.....	59
E PRAIA DA COSTA	59
5.1 BOA VISTA I	62
5.2 PRAIA DA COSTA	70
5.3 PERFIL E DADOS COMPARATIVOS DOS BAIRROS PESQUISADOS	77
 CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
 REFERÊNCIAS.....	877
APÊNDICE A - PRODUTO FINAL.....	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Concertina	27
Figura 2.	Mini câmera de segurança	27
Figura 3.	Mandíbula.....	27
Figura 4.	Mandíbula lança dupla	27
Figura 5.	<i>Kit</i> alarme	28
Figura 6.	Sirene de alarme	28
Figura 7.	Grades e lança	28
Figura 8.	Câmeras de segurança	28
Figura 9.	Regulações norteadoras da política urbana brasileira.....	44
Figura 10.	Muro alto, serpentina e cerca elétrica.....	52
Figura 11.	Muro alto e serpentina.....	53
Figura 12.	Muro alto, grades, cerca elétrica, portões e interfone.....	54
Figura 13.	Proteção com grades e lanças	54
Figura 14.	Mapa da Região 01, Vila Velha - ES	61
Figura 15.	Fachada externa, prédio da UVV	62
Figura 16.	Fachada externa, entrada principal, prédio da UVV	62
Figura 17.	Grades e portão alto.....	63
Figura 18.	Grades e portão.....	63
Figura 19.	Grades com lanças e portões.....	64
Figura 20.	Portões reforçados e grades	64
Figura 21.	Cerca frágil de ripas de madeira.....	65
Figura 22.	Portões, muro de pouca altura, grade e lanças	65
Figura 23.	Muro alto, portões com lanças.....	66
Figura 24.	Muro improvisado com telha de Eternit	66
Figura 25.	Muro alto, cacos de vidro, portão de ferro	67
Figura 26.	Muro e portão com lanças	67
Figura 27.	Portão de ferro e lanças	68
Figura 28.	Muro alto e serpentina.....	68
Figura 29.	Grades, portão de ferro e serpentina.....	69
Figura 30.	Muro alto e serpentina.....	71
Figura 31.	Muro, grades com lanças, serpentina e interfone.....	71

Figura 32. Grades com lanças e vegetação espinhosa	72
Figura 33. Muro alto de ferro e serpentina	72
Figura 34. Muro alto, serpentina, cerca elétrica e câmera.....	73
Figura 35. Muro alto, serpentina, sensores e interfone	73
Figura 36. Muro alto e portão no formato “grade” e cerca elétrica	74
Figura 37. Muro baixo e grade com lanças	74
Figura 38. Muro baixo, grade e serpentina.....	75
Figura 39. Muro alto, portão compacto, cerca elétrica, serpentina e interfone	75
Figura 40. Guarita e câmera	76
Figura 41. Guarita e câmera.....	76
Figura 42. Muro alto, câmeras, alarme e guarita	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	População, gênero e faixa etária	78
Tabela 2.	Razão de dependência	78
Tabela 3.	Taxa de mortalidade	79
Tabela 4.	Domicílios e condição de moradia	79
Tabela 5.	Serviços Públicos.....	79
Tabela 6.	Taxa de alfabetização	80
Tabela 7.	Renda nominal.....	80
Tabela 8.	Tipos de crime e redução em %.....	82

RESUMO

BARRETO, Leandro da Costa. Universidade Vila Velha – ES, março de 2023. **A Arquitetura do Medo e a paisagem local em dois bairros de Vila Velha/ES – Boa Vista I e Praia da Costa.** Orientador: Doutor Pablo Silva Lira.

A pesquisa intitulada “A arquitetura do medo e a paisagem local em dois bairros no município de Vila Velha - ES: Praia da Costa e Boa Vista I”, sendo um considerado de elite e o outro, popular, a apresenta como principal objetivo analisar de que forma a “arquitetura do medo” se faz presente considerando o nível social e econômico dos seus moradores. Trata de um levantamento sobre as moradias que se modificam com a implementação de grades, muros altos, arames, câmeras, a fim de possibilitar maior segurança aos seus habitantes, tornando o espaço urbano hostil e segregador. Dessa forma, aventa-se como problemática: os padrões da arquitetura do medo são os mesmos em um bairro de elite e um bairro popular? Apresenta como metodologia o estudo de caso com análise comparativa entre os dois bairros com diferenças socioeconômicas e abordagem qualitativa e quantitativa. O Referencial Teórico está embasado por renomados autores, como: Amaral (2018), Bauman, (2009), Burke (2002), Caldeira (2000), Gomes (2009), Lira (2017), Mattos (2013), dentre outros. Tal estudo se justifica pela inquietação do pesquisador a respeito da “arquitetura do Medo, que torna o espaço urbano desigual, segregacionista, hostil e individualista. O Produto Técnico, em forma de Cartilha Elucidativa discorre sobre os enclaves fortificados que surgiram nas cidades, o que torna a paisagem urbana fragmentada e hostil, em substituição à liberdade, tolerância e respeito às diferenças.

Palavras-chave: Medo e Insegurança. Violência. Espaço Urbano. Proteção de Moradias.

ABSTRACT

BARRETO, Leandro da Costa. Universidade Vila Velha – ES, March 2023. **The Architecture of Fear and the local landscape in two neighborhoods of Vila Velha/ES – Boa Vista I and Praia da Costa.** Advisor: Doctor Pablo Silva Lira.

The research entitled “Architecture of Fear and the local landscape in two neighborhoods in the municipality of Vila Velha - ES: Praia da Costa and Boa Vista I”, one considered elite and the other, popular, presents as its main objective to analyze how the "architecture of fear" is present considering the social and economic level of its residents. It deals with a survey on the houses that change with the implementation of grids, high walls, wire, cameras, in order to enable greater security for its inhabitants, making the urban space hostile and segregating. Thus, it is a problematic: are the patterns of fear architecture the same in an elite neighborhood and a popular neighborhood? It presents as methodology the case study with comparative analysis between the two neighborhoods with socioeconomic differences and qualitative and quantitative approach. The Theoretical Framework is based on renowned authors such as: Amaral (2018), Bauman, (2009), Burke (2002), Caldeira (2000), Gomes (2009), Lira (2017), Mattos (2013), among others. This study is justified by the researcher's concern about the "architecture of Fear, which touches the unequal, segregationist, hostile and individualistic urban space. The Technical Product, in the form of an Elucidative Booklet discusses the fortified enclaves that have emerged in the cities, which makes the urban landscape fragmented and hostile, replacing freedom, tolerance and respect for differences.

Keywords: Fear and Insecurity. Violence. Urban Space. Housing Protection.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa “A arquitetura do medo e a paisagem local em bairros de elite e popular em Vila Velha - ES”, se baseia na inquietação do pesquisador em conhecer um pouco mais acerca da proteção das moradias e em relação ao aparato de proteção como instalação de grades, muros altos, alarme e outras ações, a fim de resguardar os seus moradores. O referido estudo visa atender a linha de pesquisa: “Perspectiva Social, Econômica e Territorial da Criminologia” e será desenvolvido no formato de “Estudo de Caso” baseado na literatura afim e em imagens captadas por este pesquisador, em incursões de campo por percursos em vias públicas que serão posteriormente, apresentadas e analisadas.

Tal estudo se propõe em coletar dados, produzir informações e conhecimentos acerca do tema dentro do período compreendido entre 2020 a 2022, com a intenção de contribuir para a construção de um espaço urbano mais integrado.

Segundo Lira (2012):

[...] não existe uma causa única que explique o fenômeno multifacetado da violência, sobretudo, a sua face mais grave, os crimes de homicídios. O desenvolvimento de estratégias para alcançar a efetiva redução dos índices criminais, a partir do modelo gerencial das políticas públicas, perpassa uma maior - integração - desses atores e da sociedade nas instâncias institucionais, religiosas e familiares. É por isso que o artigo 144 da Constituição Federal remete ao “direito e responsabilidade de todos” (LIRA, 2012, p.21).

Para melhor situar o leitor, segue na íntegra o Artigo 144 da Constituição Federal (CF) de 1988:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados.

Portanto, considerando os termos do Artigo 144 da CF (1988), que afirma que a segurança pública é dever de Estado, direito e responsabilidade de todos, incluindo neste espectro, tanto os entes públicos como também os cidadãos, o presente trabalho tem como escopo contribuir de alguma forma para que seja

concretizado o mandamento constitucional referido anteriormente, consolidando assim, o direito de todos a uma cidade mais humanizada.

Nesse sentido, para viabilizar a segurança pessoal e patrimonial, surge então, a constante procura por dispositivos de proteção. Há por parte da sociedade uma busca por segurança, especificamente via instalação de equipamentos que provavelmente reduzem a criminalidade, mas não eliminam totalmente o medo. Por essa razão, o temor da violência é fonte inesgotável e oportuna para a indústria do medo e o capital imobiliário, que poderá continuar a se reproduzir, negociando imóveis pretensamente seguros, afetando acriticamente espaços urbanos (ARAGÃO, 2017).

Assim, propõe-se pesquisar as interfaces da “arquitetura do medo”, fenômeno que, geralmente aponta não só para processos de definição física de barreiras, mas também para a sua real existência e possíveis soluções contra o pavor da violência urbana em muitas cidades brasileiras. A “arquitetura do medo” tornou-se paradigma da proteção residencial nas cidades.

Tendo em vista que o fenômeno da criminalidade atrelada à sensação de insegurança contribui para o surgimento de uma arquitetura que explicita o medo, induz a sociedade procurar e investir em mecanismos de segurança como forma de proteção.

Entende-se como espaço urbano a organização das atividades humanas de maneira justaposta no meio geográfico, cujas composições são responsáveis pela formação/organização das cidades e as atividades nelas desenvolvidas e necessárias, bem como o seu sistema de organização socioespacial. A cidade, por outro lado, é a materialização do urbano, com aglomerações populacionais: conjuntos e/ou condomínios de casas, prédios e áreas comuns de lazer.

A paisagem atual, modernamente conhecida como “arquitetura do medo”, encontra-se instalada nas cidades em razão da expansão desordenada dos centros urbanos e o aumento significativo da violência, fatores que impactam diretamente a sociedade e, via reflexa, na segurança pública como um todo. Importante ressaltar que é inegável a importância de estudos sobre essa nova configuração urbana que envolve a “arquitetura do medo”, tendo em vista que, a sociedade vem consumindo cada vez mais, objetos de segurança voltados para a proteção individual e patrimonial.

Tal processo deu-se com a industrialização, êxodo rural e o crescimento urbano, onde as pessoas começaram a deslocar-se e aglomerar-se a fim de encontrar trabalho na zona urbana, pela expectativa de conforto que as cidades oferecem, sem perceber-se a complexidade lá instalada.

No Espírito Santo a expansão da economia nos anos de 1960, com a implantação dos “grandes projetos”, possibilitou o crescimento dos núcleos urbanos, especialmente aqueles localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), ocasionando a ampliação dos problemas ligados à cidade.

Dois episódios foram marcantes na história do Espírito Santo e contribuíram para que o Estado assumisse as configurações econômicas e sociais atuais. Apresentando uma economia predominantemente agrária e concentrada na produção de café, o Espírito Santo foi fortemente afetado pelas políticas federais voltadas para a erradicação de cafezais nos anos 60. Diante dos impactos dessas políticas na economia o estado se voltou para uma busca de novos rumos econômicos. E o rumo, sob os auspícios de um governo autoritário e desenvolvimentista, foi a industrialização. A isso, deu-se o nome de “Grandes Projetos” (COSTA, 2016, p.139).

Ademais,

A partir da década de 1970, marco do processo de modernização da economia estadual (antes agroexportadora, centrada na cultura cafeeira, passando para um novo padrão de acumulação – o industrial), intensifica-se o acirramento da segregação socioespacial, processo que se alargou evidenciando a forte correlação entre a desigualdade social e a violência urbana (MATTOS, 2013, p. 17).

Dessa forma, preocupa-se pesquisar como esse processo se estabeleceu nas cidades e como o medo e a violência foram ocupando espaços, uma vez que as mudanças no panorama econômico trouxeram também transformações sociais, pois, com a industrialização e o desenvolvimento do comércio, as cidades assumiram certo protagonismo no desenvolvimento da economia brasileira.

Vale ressaltar que:

No Espírito Santo, o projeto industrial implantado a partir dos anos de 1970, na lógica da desestruturação do tradicional modelo agrário-exportador associada a grandes projetos industriais urbanos, promoveu um amplo movimento migratório em direção à capital (Vitória). O processo acelerado de industrialização/urbanização sem planejamento estratégico do ponto de vista dos impactos sociais e ambientais mudou o perfil urbano da cidade, deflagrando uma mudança socioespacial com a expansão da ocupação de espaços periféricos sem infraestrutura urbana e sem condições de habitação na região metropolitana da Grande Vitória (MATTOS, 2003, p. 18-19).

Tal fato pode ser entendido na medida em que, inicialmente as indústrias foram instaladas nas zonas urbanas e a população rural passou a visualizar a cidade com outras perspectivas, já que deslumbrava a possibilidade de mudança de vida, empregos mais rentáveis e conforto urbano, levando a criminalidade no meio urbano.

Segundo Mattos, 2013, p. 17):

Muitos fatores devem ser levados em consideração por fomentar a criminalidade no meio urbano, tais como: a expansão urbana desigual, com a criação de espaços habitacionais periféricos caracterizados como subnormais, sem condições de proporcionar vida digna aos moradores – espaços segregados com ausência do poder público –; a desintegração dos laços sociais, que diante dos ideários predominantes de uma sociedade capitalista competitiva se fragilizam pela própria instabilidade social, pela agressividade e pela indiferença à ausência de raízes sociais.

A “arquitetura do medo”, fenômeno social urbano, também influencia na construção das cidades: os condomínios fechados ganharam mais espaço no cenário urbano e as grades invadiram as janelas, as câmeras e a segurança privada estão cada vez mais presentes no cotidiano da cidade. As casas foram transformadas em verdadeiras prisões, por medo da violência criminal.

Conforme Lira (2017, p. 128):

Com a constante sensação de insegurança e ampliação do referido medo, os habitantes das grandes cidades encontram-se em uma incessante corrida pela segurança, alterando suas práticas sociais e proporcionando a configuração e espaços hostis.

Nesse sentido, estudos também apontam o aumento da criminalidade nos centros urbanos e a expansão de condomínios fechados, geralmente, localizados em regiões mais afastadas da área do centro da cidade. Indispensável verificar, sob o ponto de vista das teorias desenvolvidas por pensadores adeptos da Escola de Chicago, como o fenômeno pode ser explicado.

Nessa perspectiva, os projetos dos condomínios fechados surgem como espaços em que “[...] o perigo da existência do ‘outro’ é evitado com a supressão do contato com qualquer espaço exterior e com a construção de um novo tipo de território interior: íntimo, protegido e seguro como o ‘lar’” (ROLNICK, 2003, *apud* MATTOS, 2013, p.189).

No presente contexto, as elites direcionam-se para os seus territórios privados, uma vez que “[...] o medo é também fundamental na construção da arquitetura que ele qualifica, e leva a que habitantes e usuários de equipamentos das cidades, busquem proteção em espaços guardados por grades, muros e sofisticados dispositivos de segurança” (ARAGÃO, 2017, p. 62).

O medo e a insegurança neste início de século também são temas relevantes, sob a ótica da sociologia de Bauman. No livro “Tempos Líquidos” (2021), ele afirma que a desintegração da solidariedade, apontada pelas relações efêmeras na pós-modernidade, leva o homem de encontro a seus problemas, como o medo e a solidão. Nesse sentido, registra-se que a arquitetura hostil, exemplificada de diversas maneiras, como o surgimento dos condomínios horizontais fechados, vem alterando as relações entre o centro e a periferia nas cidades, numa forma de proteção à violência urbana.

Aragão (2017, p. 53) afirma que:

O registro da violência urbana se dá em todo o território brasileiro e suas causas são investigadas por diversos laboratórios da violência nas universidades brasileiras. Saberes especializados sobre a violência poderão esclarecer as razões dos crimes, mas dificilmente, teriam uma fórmula de eliminá-los sem implementação de políticas de redução da fome, do desemprego, do uso das drogas, citando apenas algumas.

A arquitetura do medo é representativa de processos de segregação dentro do território urbano, em relação ao seu próprio desenvolvimento. Trata-se de uma arquitetura que pode existir principalmente, em sociedades como a nossa, com grandes diferenças sociais e econômicas entre ricos e pobres. A violência urbana, de causas tão complexas, leva à segregação e isolamento das pessoas, independentemente da classe a que pertencem. Para tal construção de medo, Aragão (2017, p. 22), afirma que:

[...] contribuem a própria violência em registros estatísticos, a divulgação da imprensa, alimentando a indústria do medo, mostrando crimes, criminosos e vítimas. Há também os discursos sobre a ineficiência de políticas de combate ao crime, impunidade, insuficiência de prevenção e controle da violência. Os dispositivos físicos de proteção contra as ameaças urbanas podem ser percebidos nas diversas modelizações e tipicidades assumidas pela Arquitetura do Medo em áreas diferentes da cidade.

A arquitetura das cidades, que ora vem se modificando, está se tornando defensiva, via de regra, é comum na paisagem urbana o incremento de atributos medievais e prisionais, associados aos modernos equipamentos de segurança, a fim de garantir segurança e proteção.

No estado do Espírito Santo, merece destaque a pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência - NEVI da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, sob a coordenação do Professor Cláudio Zanotelli (2007), que por meio da Geografia do Crime analisou como a segregação socioespacial, entendida como processo, influencia a distribuição espacial da criminalidade violenta capixaba. O referido estudo propiciou a produção sistemática do mapeamento da distribuição espacial da violência, que permitiu a identificação das áreas críticas onde as taxas de crimes variados, como homicídios ou roubos, são elevadas (LIRA, 2017, p. 31).

Neste viés a criminalidade violenta, o medo e a insegurança materializam-se no espaço geográfico através da “arquitetura do medo”, introduzindo e acentuando desigualdades sociais e territoriais nas cidades, para preocupação dos seus moradores e dos responsáveis pela segurança pública.

Buscando alcançar o propósito desse estudo apresenta-se como objetivo geral: pesquisar as diferenças dos elementos representativos de segurança instalados nas moradias de dois bairros na cidade de Vila Velha - ES: Boa Vista I e Praia da Costa, sendo um considerado de elite e o outro popular. A escolha desses bairros para a análise comparativa decorreu do critério de disponibilidade de dados e acessibilidade para a realização da pesquisa.

Nesse sentido, os objetivos específicos seguem listados:

- Compreender a realidade da “arquitetura do medo” nos dois bairros eleitos para a pesquisa, por meio de bibliografia básica e complementar, bem como, por meio de imagens captadas por aparelho celular, analisadas durante a pesquisa;
- Relatar as diferenças encontradas nos dois bairros selecionados, com relação à “arquitetura do medo” e as suas formas de proteção, considerando a posição social e econômica de seus moradores;
- Elaborar uma “Cartilha Elucidativa” sobre os enclaves fortificados que surgiram nas cidades, utilizados pelos moradores, o que torna a paisagem urbana fragmentada, hostil e segregadora, em substituição à liberdade, igualdade, tolerância e respeito às diferenças.

1.1. Justificativa e Problemática

A cidade contemporânea é o reflexo de acontecimentos, planejamentos, ações governamentais e da própria sociedade e, por conta do aumento da violência, verifica-se também o crescimento da “arquitetura do medo”, que pode ser definida como novo padrão de desenho arquitetônico das cidades e tem como principal objetivo a autoproteção, pois incorpora na paisagem urbana, especialmente nos

espaços privados, variados equipamentos de segurança. “Nesse sentido, constata-se, que, nas últimas décadas, o medo social vem influenciando a consolidação de um novo padrão de desenho arquitetônico da cidade” (LIRA, 2017, p.129).

Segundo Bauman (2009), o ambiente urbano atual configura-se como um espaço desigual, segregacionista, hostil e individualista. Tais fenômenos também são efeitos da “arquitetura do medo”, presentes nas cidades. O espaço urbano tem memórias as quais ficam impressas nas edificações e proteções. Desse modo, quando acontece a limitação entre os grupos diferentes da sociedade, as trocas de experiências são reduzidas, levando à segregação – processo pelo qual determinado grupo populacional se aglomera em área espacial delimitada, formando guetos.

Com o mesmo propósito de Lira (2017), que desenvolveu pesquisa retratando a “arquitetura do medo” na cidade de Vitória - ES, pretende-se neste estudo buscar elementos que indiquem a existência desse mesmo tipo de arquitetura em dois bairros: um de elite e outro popular, na cidade de Vila Velha - ES, bem como, verificar se tal paisagem do medo possui padrões diferenciados de acordo com o nível social de seus moradores.

Face a importância do tema, a pesquisa se justifica por apresentar abordagens acerca do espaço urbano e contribuir para a sua humanização, possibilitando que os espaços públicos e privados tornem-se menos hostis. A violência urbana, enquanto fenômeno histórico e de crescimento exponencial, abrange diversas conceituações, análises e perspectivas.

De acordo com Lira (2017, p. 27):

É importante salientar, que por estar inserida, geralmente, no contexto urbano, a criminalidade violenta também pode ser tratada terminologicamente como criminalidade urbana violenta. Ainda que seu crescimento se faz sentir em inúmeras regiões e zonas do país, a distribuição espacial dos crimes violentos não ocorre de maneira homogênea no território nacional.

Diante dos inúmeros problemas que afetam o espaço urbano, a mídia tem mostrado, cada vez mais, o crescimento da criminalidade nas cidades.

Felix (2002), aponta a complexidade de tal fenômeno e afirma que a criminalidade se tornou um dos maiores problemas da sociedade. Dessa forma, algumas ciências se propõem a estudar a criminalidade: Geografia, Sociologia, Psicologia, História, Direito e demais ciências afins.

Conforme observado por Lira (2017, p.17):

[...] a criminalidade violenta está essencialmente concentrada nas áreas urbanas. Usualmente, sabe-se que violências de todos os aspectos e motivos também ocorrem nas zonas rurais. Entretanto, é na cidade que os desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta.

Com base na justificativa ora descrita, este estudo apresenta como problemática, a seguinte questão: os padrões da “arquitetura do medo” são iguais nos bairros de elite e popular?

Assim sendo, vislumbra-se como hipótese: os elementos representativos de segurança encontrados nos bairros de Boa Vista I e Vila Velha - ES e Praia da Costa são diferentes, de acordo com o nível socioeconômico dos moradores, embora os dois bairros tornem a paisagem urbana fragmentada e hostil.

1.2. Metodologia

A metodologia apresenta uma revisão teórica de literatura sobre o tema pesquisado, que é o de relatar as diferentes formas de proteção dos moradores nos dois bairros selecionados, sendo um considerado de elite e o outro popular. Nesse caso, buscou-se informações em fontes primárias e secundárias sobre os bairros Boa Vista I e Praia da Costa em Vila Velha - ES, utilizando-se também de imagens captadas por aparelho celular e analisadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

No processo de coleta de dados, utilizou-se fundamentalmente os documentos escritos e imagens fotográficas. Entende-se como fontes:

- Primárias: leis, decretos, resoluções, estatutos;
- Secundárias: documentação bibliográfica: livros, artigos, relatórios de pesquisa, teses, dissertações de mestrado, monografias sobre o tema.

Assim, o desenvolvimento da pesquisa se pauta num viés bibliográfico com leituras que abordam a temática fundamentada na revisão de literatura, onde busca-se suporte teórico para que se formalize a veracidade das informações e conceitos por se tratar de um tema relevante para a sociedade. Serve para melhor aprofundamento teórico sobre o tema, norteador leituras que favorecem a pesquisa.

Segundo Fachin (2017), todo tipo de estudo deve primeiramente, ter o apoio e o respaldo da pesquisa bibliográfica, mesmo que esse se baseie em outro tipo de pesquisa, seja de caso, de laboratório, documental ou pura, pois, a pesquisa bibliográfica tanto pode conduzir um estudo em si mesmo quanto constituir-se em uma pesquisa preparatória para outro tipo de pesquisa.

De acordo com Marconi e Lakatos (2021), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Assim, na etapa inicial de estruturação da pesquisa, o objetivo é o de reunir informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta.

O aporte teórico contido em conceitos de autores renomados, servem para o desenvolvimento da escrita, análise e discussão dos dados posteriormente apresentados. Para tal, lança-se mão de livros, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, sejam eles virtuais e/ou físicos, documentos, *sites* e demais documentos que guardem relação com o assunto pesquisado.

Destaca-se que a pesquisa é um estudo de caso, uma vez que faz relações diretas com o fenômeno a ser estudado e a contemporaneidade, ou seja, o contexto real. Para que isso ocorra é importante que se tenha a definição da unidade-caso, a formulação do problema, elaboração do protocolo, coleta de dados, avaliar e analisar os dados levantados.

Por se tratar de um estudo de caso, exige do pesquisador um encontro mais direto com o seu objeto de pesquisa, uma vez que ele precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre e reunir um conjunto de dados e informações a serem documentadas e analisadas, posteriormente.

Segundo Gil (2002, p.54), dos principais objetivos do estudo de caso:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias;
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

O estudo de caso é um dos mais relevantes métodos de pesquisa qualitativa. Entretanto, face a sua crescente utilização nas Ciências Sociais, apresentam-se objeções a sua aplicação. Recorrendo a Gil (2002): “uma delas refere-

se à falta de rigor metodológico, pois, diferentemente do que ocorre com os experimentos e levantamentos, para a realização de estudos de caso não são definidos procedimentos metodológicos rígidos”.

Gil (2002, p. 54), confirma que:

O estudo de caso é uma modalidade amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

O estudo de caso é utilizado para compreender os fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, examinando os acontecimentos contemporâneos sem interferência do pesquisador. O grande valor deste procedimento metodológico é “fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas” (TRIVIÑOS, 1987, p. 111).

O método, segundo Yin (2009, p.33):

[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos [...] enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Assim, esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e descritiva, do tipo estudo de caso, por adequar-se melhor à investigação e aos objetivos que se pretendeu alcançar. Para Yin (2009), a importância do método consiste em compreender os fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, examinando os acontecimentos contemporâneos sem interferência do pesquisador.

Na presente pesquisa, há de se considerar a produção de conhecimento sobre o fenômeno da “arquitetura do medo” presente nos diferentes bairros pesquisados. É comum que os resultados obtidos em estudos de caso sejam cruzados com teorias e dados obtidos por outros métodos, reforçando sua fundamentação e conferindo credibilidade ao trabalho acadêmico.

Sua classificação é qualitativa, pois considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Considera-se que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, onde os pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

A abordagem qualitativa busca dar significado aos fatos observados que o pesquisador se propõe a participar, a compreender e a interpretar as informações que ele seleciona, obtidas a partir de sua pesquisa. Minayo (2013), afirma que método qualitativo de pesquisa é aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais. Daí a importância da abordagem qualitativa, pois, o sujeito da pesquisa tem uma relação dinâmica com o que vive, existe um vínculo entre o sujeito e o objeto de pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa também apresenta um viés comparativo, uma vez que os bairros pesquisados: Boa Vista I e Praia da Costa em Vila Velha - ES, apresentam diferentes características socioeconômicas e urbanas, cujos elementos da “arquitetura do medo” encontram-se descritas e apresentadas, por meio de textos e de imagens em representações fotográficas.

Considera-se que as fotografias, enquanto um instrumento iconográfico e, portanto, transmissor de mensagens são importantes para essa pesquisa, pois revelam registros sobre as relações sociais e a paisagem urbana das cidades.

A imagem visual vai além dos limites da palavra escrita, convertendo-a em uma forma específica de comunicação. A fotografia, numa reportagem de uma revista, ou de um periódico, pode se constituir num testemunho da realidade. As fotografias ainda nos oferecem recortes da realidade de acordo com as formas pelas quais as sociedades se permitem representar. A produção do registro fotográfico obedece ao universo simbólico de cada grupo social.

Os bairros ora elencados foram selecionados por suas diferentes posições geográficas e de espaços urbanos; pela presença de diferentes tipos de comércio; assistência pública; prestação de serviços, além do perfil socioeconômico dos seus moradores que também permitem uma análise comparativa entre ambos.

Ainda, considera-se a pesquisa descritiva, pela oportunidade que oferece em descrever fenômenos, como a “arquitetura do medo”. Envolve o uso de observação e de imagens para melhor visualizar e identificar os dados levantados. A técnica e a análise das fotografias serão feitas pelo pesquisador e deverão constar como instrumentos reais, pois a fotografia é considerada valiosa fonte documental, utilizada por pesquisadores, professores e escritores – se constitui em um leque de informações significativas.

Denota-se na pesquisa de Lira, publicada em forma de livro e pela similaridade do tema (2014, p. 34), quando destaca a metodologia por ele aplicada, baseada em duas vertentes norteadoras:

A primeira, caracterizada pelo processo de pesquisa bibliográfica, fundamentou o campo teórico do trabalho. A outra, delimitada pelo processo de pesquisa empírica, permitiu a execução de análises entorno das ideias, postulados e hipóteses relacionados ao objeto de estudo. A conjugação dessas vertentes balizadoras possibilitou a correlação das teorias com os dados (informações sobre criminalidade violenta, características socioeconômicas e infraestruturais urbanas) [...].

Considera-se as diversas correntes, as quais estão dispostas na pesquisa bibliográfica, dados colhidos por imagens, documentos oficiais e demais ferramentas que, conforme Lira (2014), serão também disponibilizados dentro das possibilidades.

Lira, (2014, p. 34) descreve a importância dos elementos levantados:

[...] com dados oficiais de criminalidade, padrões socioeconômicos e infraestruturais urbanos serviram para evidenciar as principais tendências de espacialização da violência, sobretudo, aquela caracterizada pelos crimes violentos contra a pessoa e patrimônio.

Prosseguindo, o pesquisador referenciado ainda elenca, por meio do indicador Crimes Violentos contra a Pessoa (CVPES), o somatório de ocorrências registradas à época da sua pesquisa, como homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal, roubo, furtos em residências, estabelecimentos comerciais e veículos automotores, levando-o à uma pesquisa quantitativa.

Somando-se, ainda “as informações do Centro Integrado Operacional de Defesa Social do Espírito Santo (CIODES) referem-se aos incidentes registrados pelos boletins de ocorrências”, prossegue Lira (2014, p. 36). Também dos dados socioeconômicos do censo 2000, dados infraestruturais urbanos, mapas e catalogação, incluindo também inventário de importantes informações, as quais não cabem listá-las no presente momento.

Oportunamente serão utilizados dados atualizados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), veiculados através do Observatório da Segurança Cidadã do Espírito Santo (OSC/ES), do *site* <populacao.net.br> e demais indicadores para dar suporte ao presente estudo. Posteriormente, serão apresentados dados correspondentes ao perfil socioeconômico dos moradores dos bairros pesquisados.

1.3. Produto Técnico conforme normas CAPES

A fim de atender às normas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de acordo com a explanação contida no seu *link*, pretende-se, pois, apresentar à sociedade de Vila Velha - ES e sob a aprovação e orientação do Professor Doutor Pablo Silva Lira, uma Cartilha Elucidativa sobre os enclaves fortificados que surgiram nas cidades, utilizados pelos moradores, especificamente os dos bairros Boa Vista I e Praia da Costa, o que torna a paisagem urbana fragmentada, hostil e segregadora, em substituição à liberdade, igualdade, tolerância e respeito às diferenças.

Dessa forma, a socialização do material alcançará um maior número de pessoas, podendo também, tornar-se objeto de palestras, colóquios e de outras pesquisas. O impacto das cidades com a crescente violência urbana é uma das principais preocupações atuais, no que diz respeito tanto às condições como à qualidade de vida das pessoas que nelas habitam.

Tendo por base este raciocínio, é de fundamental relevância a necessidade do poder público em dedicar-se verdadeiramente às suas atividades, objetivando modificar seus pensamentos e rever suas decisões, atinentes a segurança pública, pois é fato que a insensibilidade das autoridades se reflete sobre todos os indivíduos que lutam pelo direito de viver em sociedade em comunhão (MARTINS, 2013, p. 212).

Considera-se que a dinâmica da violência contempla, ao mesmo tempo, o individual e o coletivo, envolvendo pessoas, grupos, culturas e classes sociais e econômicas diferentes. Ela vem sendo historicamente utilizada com objetivos diversos, desde meros desejos pessoais, se fortalecendo por interesses de grupos criminosos, até chegar à ação oficial coordenada e combatida pela Segurança Pública do Estado. O seu limite ultrapassa, em parte dos casos, os cuidados que cada pessoa dispõe para si e pelo seu patrimônio pessoal.

Confirmado por Martins, 2013, p. 224-225),

O que se pode observar atualmente, em decorrência desse processo, é que o indivíduo faz um enfrentamento cotidiano e procura fazer escolhas, mais ou menos racionais, para lidar com esse crescente estado de violência e desorganização da face complexa da sociedade. Essa dificuldade que reside na intimidade do indivíduo é acrescida por um quadro repleto de aspectos determinantes observáveis no padrão epidemiológico que se altera com a urbanização e industrialização, a crescente violência.

Dessa forma, a violência no Brasil atingiu índices significativos onde existe um ciclo vicioso que permeia a condição econômica do país, gerando a desigualdade social, que conseqüentemente, leva ao crime e à violência. Conviver e tratar problemas desse porte, exige total participação da sociedade e empenho singular do poder público, mais especificamente da segurança pública e demais órgãos que possam agregar forças para esse fim.

Para melhor compreensão do leitor, a pesquisa está organizada em capítulos, os quais estão descritos e fundamentados por autores lidos e referenciados; Capítulo 1: Introdução – apresenta a “arquitetura do medo”, de forma geral, a justificativa, a problemática, a metodologia e a proposta de elaboração do produto técnico; Capítulo 2: Referencial Teórico – estabelece a apresentação de autores, como: Amaral (2018), Bauman (2009), Burke (2002), Caldeira (2000), Gomes (2009), Lira (2017), Mattos (2013) dentre outros. Apresenta ainda, a Escola de Chicago e aborda sobre a criminalidade e espaços urbanos; Capítulo 3: Legislação e Política Urbana Brasileira – apresenta breve histórico da ocupação do solo brasileiro, apresenta a construção do direito urbanístico, tece considerações sobre o Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Urbano de Vila Velha - ES; Capítulo 4: descreve a “arquitetura do medo” sob a ótica de renomados pesquisadores, além de abordar o “medo líquido” sob a ótica de Bauman; Capítulo 5: Os bairros pesquisados: Boa Vista I e Praia da Costa: descreve o perfil dos bairros e apresenta os dados e a análise dos resultados, após o estudo. Seguem as Considerações Finais. Referências e o Apêndice A: apresenta o Produto Técnico em atendimento às normas da CAPES.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/REVISÃO DE LITERATURA

A Fundamentação Teórica tem por base a discussão sobre a “arquitetura do medo” e nesse cenário, muitas vezes caótico, nota-se que a falta de planejamento urbano resulta em cidades ineficientes já que o poder público não consegue manter, de forma efetiva, os serviços essenciais esperados pela coletividade. Isso resulta em núcleos urbanos informais, caracterizados pela ausência estrutural e logística do Estado, que tem, como consequência, o *déficit* de serviços públicos e o inchaço das cidades.

As condições desfavoráveis de moradia, como nos casos dos aglomerados urbanos, das favelas, dos cortiços, onde há grande incidência de analfabetismo e subcultura se tornam um meio preponderante para que a criminalidade se instale, embora haja outros elementos, apresentados. Fernandes e Fernandes, (2002), abordam o desemprego como forma indireta na ocorrência da criminalidade, aliado a ele, o subemprego, por ser insuficiente à manutenção da casa e da família gerando a instabilidade econômica e pessoal, pois o baixo salário auferido e, incompatível com o custo de vida pode ser um dos fatores a contribuir para o aumento da criminalidade.

A urbanização e a densidade demográfica evidenciam uma correlação com a criminalidade. Pesquisas comprovam que a criminalidade urbana é composta por fenômenos sociológicos que influenciam no crime. Com a industrialização, as cidades assumiram certo protagonismo no desenvolvimento da economia brasileira, posto que, até então, era reservado à zona rural. Um dos resultados dessa expansão desordenada dos centros urbanos é o aumento significativo da violência, fator que impacta diretamente à sociedade e, via reflexa, na segurança pública como um todo. Ao mesmo tempo, em que se consolidavam erraticamente os centros urbanos, observou-se também, um aumento da violência.

Freitas (2002) afirma que a sociedade industrial moderna faz concentrar a população nas cidades, desde o início da Revolução Industrial (1760) na Inglaterra, que consagrou visivelmente o capitalismo.

Entretanto:

As mudanças não são apenas de ordem econômica, demográfica e espacial. Atingem os costumes, as interações sociais e as formas de controle social. Este ambiente densamente povoado, heterogêneo marcado pela impessoalidade e caracterizado por desigualdades profundas, apresenta-se terreno fértil e desvios de conduta, muitos destes reputados como crimes (FREITAS, 2002, p.17-18).

Tais mudanças impossibilitam as formas tradicionais de controle social, passando esse controle para a esfera pública. A partir daí, surgem o aumento da taxa de criminalidade, delinquência, alcoolismo, corrupção e prostituição que invadem a sociedade, alcançando números estatísticos expressivos. Pode-se considerar ainda a impessoalidade na maioria das interações sociais nas comunidades urbanas ocorrendo, de forma geral, contatos superficiais.

Caldeira (2011, p. 27), diz que:

A vida cotidiana e a cidade mudaram por causa do crime e do medo, e isso se reflete nas conversas diárias, em que o crime tornou-se um tema central. Na verdade, medo e violência, coisas difíceis de entender, fazem o discurso proliferar e circular. A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante.

“A violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas forma de segregação espacial e discriminação social”, destaca Caldeira (2000, p. 9). Portanto, a criminalidade pode ser conceituada como uma desorganização social que ocasiona um rearranjo ambiental como o surgimento de equipamentos e novos espaços defensivos.

Raúl Cervini (2002) afirma que um dos fatores do crime é o defeito na redistribuição necessária, que deveria ser feita na sociedade de forma equitativa, mas não é o que ocorre. Normalmente os ambientes mais precários, desprovidos de recursos e vulneráveis, são os que sofrem de forma mais abrupta a inserção do delito. A distribuição deficiente ao invés de promover justiça social, causa mais desigualdade e é latente na maioria da população carcerária, sendo representada por indivíduos de poucos recursos, o que de forma alguma confirma que somente os pobres delinquem, mas devido a seletividade do sistema que reforça o tratamento diferencial, atribui a maior incidência dos crimes na classe baixa.

Dessa forma e por meio de um imaginário de segurança, observa-se o desenvolvimento de uma “arquitetura do medo”, transvestida por equipamentos de segurança, a fim de impedir e/ou possibilitar segurança e proteção. Fazem parte da atual paisagem urbana: grades de proteção, muros altos incrementados por

serpentinhas, lanças, pregos ou cacos de vidro, lanças, cercas elétricas. Cita-se ainda as guaritas, câmeras de vigilância, sistemas de alarme e os integrados com a polícia, condomínios fechados que configuram a chamada arquitetura do medo. A seguir, com fins ilustrativos, apresenta-se alguns dispositivos utilizados em casas e condomínios residenciais e prédios comerciais, disponíveis na *internet*.

Figura 1. Concertina



Fonte: <https://www.emive.com.br/seguranca/eletronica> (2023)

Figura 2. Mini câmera de segurança



Fonte: <https://www.amazon.com.br/> (2023)

Figura 3. Mandíbula



Figura 4. Mandíbula lança dupla



Fonte: <https://www.emive.com.br/seguranca/eletronica> (2023)

Figura 5. Kit alarme

Fonte: <https://www.verisure.com.br> (2023)

Figura 6. Sirene de alarme**Figura 7. Grade e lanças****Figura 8. Câmeras de segurança**

Fonte: <https://www.emive.com.br/seguranca/eletronica> (2023)

Um sistema de segurança residencial, pode ser entendido como um conjunto de equipamentos, dispositivos e recursos de segurança integrados ou não, utilizados com a finalidade de propiciar segurança a uma residência e seus ocupantes, considerando a violência urbana.

Lira (2014) considera a violência como um fenômeno multifacetado na Grande Vitória - ES, demonstrando a partir de referências teóricas, sua possível relação com o espaço urbano. E mais:

Cabe ressaltar que a criminalidade violenta encontrou na cidade brasileira, produto dos processos de transição econômica e demográfica da metade do século XX, o seu palco privilegiado. O que permite assumir o caráter predominante da criminalidade violenta urbana (LIRA, 2017, p. 18).

Entretanto, a violência e o medo se fazem presentes em outras cidades brasileiras. Amaral (2018) aponta o crescimento acelerado urbano da cidade de Viçosa - MG, que contribuiu para o surgimento de problemáticas que afetam o ambiente da cidade, entre os quais o da criminalidade violenta, como um dos

principais dilemas enfrentados pelos moradores e pelas autoridades da referida cidade;

Aragão (2017) trata de um processo urbano contemporâneo, resultado das políticas voltadas à reprodução do capital, via produção imobiliária e exploração do medo da violência urbana na cidade de Fortaleza – CE, em estudo comparativo entre dois bairros com características sociais, culturais e econômicas díspares.

Por outro lado, o crescimento da criminalidade urbana é uma tendência mundial e, no Brasil, essa tendência mostra-se alarmante. Apesar de não haver consenso entre os cientistas sociais quanto às causas desse crescimento, Adorno (2002) aponta três direções para a explicação do fenômeno: 1. Mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência; 2. Crise do sistema de justiça criminal; 3. Desigualdade social e segregação urbana (ADORNO, 2002, p.101, *apud* MATTOS, 2013, p. 70).

Esse estudo tem por base a discussão sobre a “arquitetura do medo” e nesse cenário, nota-se que a falta de planejamento urbano adequado resulta em cidades ineficientes, já que o poder público não consegue manter, de forma efetiva, os serviços essenciais esperados pela coletividade. Isso resulta em núcleos urbanos informais, caracterizados pela ausência estrutural e logística do Estado, que tem, como consequência, o *déficit* de serviços públicos e o inchaço das cidades. Um dos resultados dessa expansão desordenada dos centros urbanos denuncia o aumento significativo da violência, fator que impacta diretamente a sociedade e reflete na segurança pública.

Como se sabe, não existe uma causa única que explique o fenômeno multifacetado da violência, sobretudo, a sua face mais grave, os crimes de homicídios. O desenvolvimento de estratégias para alcançar a efetiva redução dos índices criminais, a partir do modelo gerencial das políticas públicas, perpassa uma maior – integração - desses atores e da sociedade nas instâncias institucionais, religiosas e familiares. E é por isso que o artigo 144 da Constituição Federal remete ao “direito e responsabilidade de todos” (LIRA, 2012, p. 21).

Entende-se, pois, que a sensação de insegurança, proveniente do temor provocado pela criminalidade, contribui para o surgimento e desenvolvimento de uma arquitetura que explicita o medo, que induz a instalação de mecanismos de segurança voltados para a autoproteção presentes no espaço urbano. A alienação distorce a percepção da realidade e a sociedade passa a associar violência à pobreza e quem tem maior poder aquisitivo se isola em condomínios fechados contribuindo para o aumento da exclusão social gerado pelo medo.

Martins, (2017) parte da conjuntura teórica em torno da insegurança no mundo moderno é gerada pelo fenômeno da urbanização. A falta de segurança, a violência crescente nas áreas urbanas, principalmente no uso dos espaços públicos, se configura em debate contemporâneo que se depara com a proliferação de problemas associados à urbanização, como a democratização dos territórios, segregação socioespacial e a violência perpetrada aos frequentadores das áreas de lazer.

Apesar do governo federal ter instituído em 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), entende-se que a complexidade do problema ultrapassa a capacidade de compreensão de uma única ciência, agregando estudos que envolvem a Geografia, Sociologia, História, Psicologia, Direito e demais áreas com aspecto criminalista. Entretanto, segundo Lira (2017, p. 19), “[...] a população brasileira e em especial os moradores dos “territórios da paz” observaram na transição do Governo Federal, pós-eleições de 2010, o esvaziamento do PRONASCI”. Outros programas implantados, embora relevantes, sucumbiram ao tempo, comprovando a descontinuidade das políticas públicas.

De acordo com o Código Penal Brasileiro os crimes enquadram-se nas categorias distintas de acordo com a sua natureza, podendo ser divididos em seis grupos: os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a propriedade material, contra a organização do trabalho, contra os costumes, contra o sentimento religioso e ao respeito aos mortos, explica Alkimim (2007). Os crimes violentos contra a pessoa e os crimes violentos contra o patrimônio, são os principais responsáveis por criar no imaginário social o sentimento de medo e de insegurança. A presença do medo na cidade interfere diretamente na noção do espaço público enquanto formador das ideias de coletividade, democracia e sociabilidade.

Para melhor compreensão do tema, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, trazia um estudo intitulado “Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil”, que destacava que as regiões Sudeste e Sul registraram os menores percentuais de vítimas de roubo ou furto no país, 6,7% e 6,8%, respectivamente. Já no Norte e no Centro-Oeste, as proporções foram as mais altas, de 9,9% e 8,8%. A população brasileira se sente mais segura em casa, onde 60% dos moradores declararam usar algum dispositivo de segurança, revelou a pesquisa do IBGE (2009), mostrando ainda que, à medida que o cidadão se afasta do lar, mais temeroso fica, bem como as diferenças em relação à sensação de segurança entre

moradores de áreas urbanas e rurais. Os residentes no campo se sentem mais protegidos em suas cidades: 69,3% ante 49,7% dos moradores de centros urbanos. Esses, por sua vez, usam mais dispositivos de segurança em casa, com exceção do cachorro, que está em 10% das casas das zonas rurais IBGE (2009).

Bauman (2009, p. 8) afirma que:

A aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa. Quando percebemos que não iremos alcançá-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de algum delinquente.

Considera-se a marginalidade como fenômeno social pela complexidade de fatores que atribuem ao comportamento real do marginal um papel social que lhe foi atribuído nas controvérsias da vida urbana. Esses marginais urbanos, vistos como criminosos pelo Estado, se encontram impossibilitados de integração na sociedade urbana porque são considerados perturbadores da ordem institucional. *“O sentimento de que é possível sofrer violência aumenta nas regiões metropolitanas. Isso faz com que as pessoas se protejam mais, com grades, olho mágico, fechaduras especiais, ou seja, tentam se proteger de alguma forma”*, informou Cimar Azeredo, gerente da pesquisa do IBGE (2009).

A análise da marginalidade como fenômeno social considera a complexidade de fatores que atribuem ao comportamento real do marginal um papel social que lhe foi atribuído no drama da vida urbana. Os grupos de homens que atacam, roubam e matam caracterizam um tipo de marginalidade que reflete uma forma de resposta às contradições da sociedade urbana. Esses marginais urbanos, vistos como criminosos pelo Estado, se encontram impossibilitados de integração na sociedade urbana porque são considerados perturbadores da ordem institucional (GULLO, 1998, p.108).

Por outro lado, Caldeira (1992), afirma que já em fins do século XX, quando o êxodo rural teve sua marcha reduzida, observou-se outro fenômeno, marcado pelo surgimento e expansão dos loteamentos de acesso controlado, vulgarmente denominados pelo mercado de “Condomínios Fechados”. Esse fenômeno de auto isolamento, com características próprias, pode ter sido umas das formas encontradas pelos moradores dos centros urbanos para repelir a violência. Tal fato pode ser visualmente observado, já que as construções se destacam na paisagem urbana, geralmente construídos no entorno da cidade, com muros e portões de modo a impedir ou evitar o ingresso de pessoas estranhas.

Diante dessa coincidência entre o aumento da violência nos centros urbanos e o surgimento de “Condomínios Fechados” (geralmente, localizados em regiões mais afastadas da área do centro da cidade), indispensável verificar, sob o ponto de vista das teorias desenvolvidas por pensadores adeptos da Escola de Chicago, como o fenômeno pode ser explicado.

2.1. A Escola de Chicago

A Escola de Chicago origina-se da explosão demográfica urbana na cidade que leva o mesmo nome, situada nos Estados Unidos da América - EUA, entre os séculos XIX e XX. Surgiu por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small (1854-1926), onde foi criado o primeiro departamento de sociologia dos EUA. As pesquisas ali produzidas, eram direcionadas ao crime e delinquência no meio urbano.

Complementando, Wagner Cinelli de Paula Freitas (2002, p. 49-50) afirma:

A Universidade de Chicago foi fundada sob os auspícios do milionário americano John D. Rockefeller, que desejava que o meio-oeste americano tivesse uma instituição universitária de primeira linha para fazer frente as universidades do leste. O primeiro presidente da Universidade de Chicago foi William Rainey Harper, que, como Rockefeller, era batista, tendo sido pastor, professor no Batist Theological Seminary em Chicago e fundador do The Journal of Religion em 1882. Harper realizou o que David Downes e Paul Rock chamaram de “pilhagem”, eis que atraía os profissionais das outras instituições oferecendo-lhes vantagens salarial, o que muitas vezes representava pagar ao novo contratado o dobro de seu salário anterior.

Considerando esse contexto de rápida urbanização, a Escola de Chicago voltou a sua atenção para analisar e estudar os centros urbanos, chegando à conclusão de que o meio ambiente influenciava a conduta criminosa. “O crescimento acelerado vivido por algumas cidades americanas contribuiu para tornar mais difíceis as condições de vida dos imigrantes e migrantes. Um dos problemas era a moradia” (FREITAS, 2002, p. 24).

Freitas (2002), ainda complementa:

[...] é fato que o crescimento da população na cidade era acompanhado de um crescimento na criminalidade. Chicago, nesta fase de crescimento exponencial, enfrentava diversos problemas sociais: altas taxas de crime e delinquência, alcoolismo, prostituição e corrupção. A abrupta mistura de culturas, aliada às péssimas condições de vida contribuíram para o aumento da criminalidade (FREITAS, 2002, p. 46).

Apesar da Escola de Chicago ter analisado a cidade do mesmo nome, é claro que os experimentos constatados a partir de tal estudo foram utilizados por outros cientistas e pesquisadores em outras localidades, já que tais estudos e experimentos foram realizados de forma empírica, pois se buscavam informações de casos concretos para depois se tomar decisões.

Robert Ezra Park (1864-1944), foi um dos primeiros estudiosos da referida escola e observou, por meio de dados coletados ao longo de 25 anos, que a cidade de Chicago havia explodido demograficamente entre os anos de 1860 e 1910. Na época, o aumento da população na cidade foi justificado por ondas migratórias, que decorreram do período pós-revolução industrial. Esse fenômeno gerou uma expansão econômica com a criação e instalação de diversas indústrias, atraindo assim, pessoas de outras cidades que estavam buscando novas oportunidades e empregos. A cidade desta fase é marcada por sérios problemas de infraestrutura, agressões ao meio ambiente e caos.

Em seus estudos, Park (1925), confirma que o aumento da população estava diretamente relacionado com vários problemas sociais, especialmente os da área criminal. E é dentro desse panorama, marcado pelo aumento da violência, que o Departamento de Sociologia da Escola de Chicago começa a estudar os fenômenos sociais, causados, sobretudo, pelo adensamento populacional na cidade, que na época não estava estruturada logisticamente e nem dotada de infraestrutura urbana para receber os novos moradores.

É relevante registrar que os imigrantes ainda estavam à mercê de adversidades como: moradia, insalubridade, poluição, socialização, cultura, integrando uma categoria inferior de habitantes, uma vez que o Estado não os acolhia com as mesmas obrigações dos seus cidadãos.

Assim, os teóricos da Escola de Chicago visualizavam a possibilidade, confirmada por eles, mais tarde, de que a cidade poderia contribuir para a prática de condutas delitivas de seus moradores. Na ótica dos estudiosos, uma cidade desestruturada e desordenada na sua formação influenciava para a deterioração das estruturas sociais (família, escola, igreja, vizinhança) que ali existiam.

Essa redução dos vínculos estruturais dos grupos sociais existentes à época se deu, em parte, pela aglomeração de grupos sociais com diferenças acentuadas em quesitos étnicos, religiosos e culturais. Uma vez rompida a estrutura social clássica de uma vizinhança, as formas de controle social informal perdem sua consolidação e também são alteradas.

Desse modo, a antiga coesão mantida pela família e/ou pela igreja passou a ser enfraquecida. O poder de controle informal exercido por essas instituições sociais, portanto, foi sendo fragmentado, à medida que se aglomeravam grupos sociais completamente distintos em espaços periféricos, os chamados “guetos”. Neste novo tipo de diversidade, em que pessoas de culturas diferentes se juntam em um mesmo espaço geográfico, formou-se a “a nova cidade de Chicago”. A importância da Escola de Chicago para a Sociologia é inegável, sendo responsável, inclusive, por influenciar no surgimento de outras teorias: Teoria da Desorganização Social, Ecologia Humana, Zonas Concêntricas.

Apesar do conceito de segregação residencial ter sido apresentado pelos pesquisadores da Escola de Chicago, ao estudarem os tipos de população e sua distribuição no espaço, outros estudiosos no assunto também se preocuparam com a urbanização e a violência sob o ponto de vista das teorias desenvolvidas por pensadores adeptos da Escola de Chicago.

Park (1925), por sua vez, compara o crescimento das grandes cidades, com a pujante divisão do trabalho que surgiu com a implementação da indústria mecanizada e com o movimento e a mudança decorrentes da multiplicação dos meios de transporte e modernos meios de comunicação. As antigas formas de controle social representadas pela família, vizinhança e comunidade local foram comprometidas e sua influência amplamente diminuída.

Este crescimento vertiginoso alçou Chicago à posição de segunda cidade americana mais populosa em 1890, atrás apenas de Nova Iorque, posição que manteve por quase um século. Sua importância econômica decorria de quase um século. Sua importância econômica de ter se tornado um grande centro industrial e comercial, sendo que sua localização estratégica lhe rendeu a posição de principal centro ferroviário do meio oeste (FREITAS, 2002, p. 45).

Apesar de tal crescimento, Chicago enfrentava variados problemas de ordem social: altas taxas de crimes, delinquência, prostituição, alcoolismo e corrupção, acompanhados e reprimidos por uma política pública de repressão policial.

2.1.1. Criminalidade e espaço urbano

Entende-se como espaço urbano a organização das atividades humanas de maneira justaposta no meio geográfico, cujas composições são responsáveis pela formação/organização das cidades, dos bairros e das atividades nelas desenvolvidas

e necessárias, bem como o seu sistema de organização socioespacial. A cidade, por outro lado, é a materialização do urbano, com aglomerações populacionais: conjuntos e/ou condomínios de casas, prédios e áreas comuns de lazer.

Pois bem, a sensação de insegurança, proveniente do medo provocado pela criminalidade, contribui para o surgimento e desenvolvimento de uma arquitetura que explicita o medo. Isso, faz-se observar mecanismos de segurança voltados para a autoproteção presentes no espaço urbano. A alienação, distorce a percepção da realidade e a sociedade passa a associar violência à pobreza e quem tem poder aquisitivo se isola em condomínios fechados contribuindo para o aumento da exclusão social gerado pelo medo.

Dentre as inúmeras problemáticas que afetam o espaço urbano, as mídias intensificam a criminalidade, apontando como um dos principais problemas do cotidiano. Embora seja uma característica de todas as sociedades, na atualidade tal fenômeno vem crescendo de forma rápida, exigindo, das autoridades, um controle imediato.

Para Martins (2017), parte da conjuntura teórica em torno da insegurança no mundo moderno é gerada pelo fenômeno da urbanização. A falta de segurança, a violência crescente nas áreas urbanas, principalmente no uso dos espaços públicos, se configura em debate contemporâneo que se depara com a proliferação de problemas associados à urbanização, como a democratização dos territórios, segregação socioespacial e a violência perpetrada aos frequentadores de áreas de lazer.

Sob a ótica da Sociologia de Bauman, o medo e a insegurança neste início de século continuam na pauta de temas relevantes. Na sua obra, "Tempos Líquidos" (2007), afirma que a desintegração da solidariedade, apontada pelas relações efêmeras na pós-modernidade, leva o homem de encontro a seus problemas, como o medo e a solidão. O medo da violência e o aumento da criminalidade têm como efeito uma nova compreensão acerca das formas arquitetônicas da cidade. Os moradores buscam elementos de autoproteção para amenizar tais fenômenos.

Além do mais, há outros fatores, tais como: a desorganização socioespacial, falta de planejamento urbano e de políticas públicas, que, somados ao medo e a violência, contribuem para esse novo padrão de construção, que estimula a edificação dos condomínios horizontais fechados, bem como a implementação de dispositivos ligados a segurança como principal elemento das edificações.

Esse novo desenho urbano retrata a denominada “arquitetura do medo”, que pode ser conceituada como formas de autoproteção, simbolizadas por muros com tipologias de fortalezas, tornando-se cada vez mais altos e fechados, levando aos moradores a compartilharem a cada dia do enclausuramento moderno.

A variedade que se vê atualmente, dos elementos de autoproteção são diversificados conforme a tecnologia e necessidade de aprimoramento da segurança. Apresenta-se, como exemplo: rolos de concertinas, lanças, muralhas, torres de vigia, guarita, a elementos mais modernos, como as câmeras de videomonitoramento, sensor eletrônico de presença, cerca elétrica.

A consequência disso, no espaço urbano, é a segregação social que gera um desgaste no tecido comunitário, fragmentando-o, já que causa o surgimento de classes sociais distintas.

Segundo Amaro (2005, p.28):

Como resultado de todo esse declínio nas relações do público, a introspecção das pessoas ocorre para o surgimento de espaços vazios, desconfiança generalizada e falta de interação social aliados a uma incidência criminal cada vez maior. Esse processo é realimentado e aumenta o medo e a desconfiança. As pessoas passam a se trancar mais e mais, excluindo do seu convívio aqueles que acham que lhes transmitem ameaça.

Outrossim, verifica-se que as pessoas que moram nas cidades, em razão principalmente do medo, têm dispensado o convívio social, ou seja, deixam de vivenciar e compartilhar o espaço público, retirando-lhe a sua finalidade, que é agregar e conduzir a coletividade na busca do bem comum.

A paisagem atual, modernamente conhecida como “arquitetura do medo”, encontra-se instalada nas cidades, em razão da expansão desordenada dos centros urbanos e o aumento significativo da violência, fatores que impactam diretamente à sociedade e, via reflexa, na segurança pública como um todo. Tal processo deu-se com a industrialização, êxodo rural e o crescimento urbano, onde as pessoas começaram a deslocar-se e aglomerar-se a fim de encontrar trabalho na zona urbana, pela expectativa de conforto que as cidades oferecem, sem perceber-se a complexidade lá instalada.

Dentro desse cenário, muitas vezes caótico, nota-se que a falta de planejamento urbano resultou em cidades ineficientes, já que o poder público não consegue oferecer, de forma efetiva, os serviços essenciais esperados pela coletividade. Isto resultou em núcleos urbanos informais, caracterizados pela ausência

estrutural e logística do Estado, que tem, como consequência, o *déficit* de serviços públicos e o inchaço das cidades.

Dessa forma, preocupa-se pesquisar como esse processo se estabeleceu nas cidades e como o medo e a violência foram ocupando espaços, uma vez que as mudanças no panorama econômico trouxeram também transformações sociais, pois, com a industrialização, as cidades assumiram certo protagonismo no desenvolvimento da economia brasileira. Tal fato pode ser entendido na medida em que inicialmente, as indústrias foram instaladas nas zonas urbanas e a população rural passou a visualizar a cidade com outras perspectivas, já que deslumbrava a possibilidade de mudança de vida, empregos mais rentáveis e conforto urbano.

A “arquitetura do medo” também influencia na construção das cidades: além dos loteamentos, surgiram os condomínios fechados, as grades invadiram as janelas, as câmeras e a segurança privada estão cada vez mais presentes no cotidiano. As casas foram transformadas em verdadeiras prisões, por medo da violência criminal.

Segundo Lira (2017, p. 128):

Com a constante sensação de insegurança e ampliação do referido medo, os habitantes das grandes cidades encontram-se em uma incessante corrida pela segurança, alterando suas práticas sociais e proporcionando a configuração e espaços hostis.

Os estudos também apontam o aumento da criminalidade nos centros urbanos e a expansão de “Condomínios Fechados” (localizados em regiões mais afastadas da área do centro da cidade). Indispensável verificar, sob o ponto de vista das teorias desenvolvidas por pensadores adeptos da Escola de Chicago, como o fenômeno pode ser explicado. Entretanto, a violência urbana também é gerada pela desigualdade social a que estão submetidos os cidadãos das urbes. Combinados com a infraestrutura deficitária do equipamento público, os elevados índices de violência refletem o descumprimento da garantia de direitos.

CAPÍTULO III

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS URBANAS BRASILEIRAS

A influência portuguesa sob o desenvolvimento do urbanismo existente no território brasileiro requer estudos desde a colonização para que se possa observar as transformações desta durante o decorrer da história. “Neste contexto, a formação do território brasileiro nos primórdios de sua ocupação submete-se a uma política colonial que visava organizá-lo como uma imensa retaguarda para os mercados europeus, sendo tal política vigente até quase o fim do século XVII” (MENEZES, 2013, p. 3).

Entende-se, pois, que a Coroa,

[...] deixava aos donatários as principais tarefas urbanísticas, outorgando-lhes o poder de criação de vilas e desenvolvimento da ocupação. Assim, as cidades eram criadas em pontos especiais que ressaltavam o funcionamento destas como centros regionais, de tal forma a revelar as tendências centralizadoras da política portuguesa (MENEZES, 2013, p. 5).

Dessa forma, a organização espacial destas cidades, era subordinada aos termos das Cartas de Doação e dos Forais e ficavam sob a responsabilidade dos próprios donatários, resultando assim, na maior parte dos casos, em núcleos urbanos com traçados irregulares, desvinculados de preocupações relacionadas à geometrização, espaçamentos, padrões, utilizando material encontrado no solo brasileiro.

Assim, as primeiras cidades do Brasil construídas no século XVI, foram sem intervenção direta do poder real – tinham as suas raízes na tradição urbana da arquitetura vernácula, que é uma forma de construção que usa materiais locais, algumas técnicas tradicionais, tipologias regionais e adequada ao ambiente, como as construções de taipa (pau a pique), madeira, pedras, bambu, telhado de palha, entre outros, característica de uma política de ocupação do território feita lentamente pelos donatários para povoar, administrar e explorar.

A preocupação com o urbanismo surgiu entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX, com a necessidade de intervenções nas cidades que sofriam com o grande aumento da população, em função do êxodo rural, ocasionando problemas de habitação e de circulação das pessoas, à época da revolução industrial (1871 a 1880). Considera-se também fruto de uma imagem da cidade que incorporava os efeitos das novas infraestruturas urbanas numa outra concepção do espaço.

Destarte, Edésio Fernandes (2021, p. 13), afirma que no Brasil:

A construção do Direito Urbanístico se deu muito *tardamente* em relação ao fenômeno da urbanização no País. O processo sistemático de urbanização começou na década de 1930 e ganhou um enorme vigor a partir dos anos 1950: o Brasil passou a ser um país majoritariamente urbanizado a partir de meados desta década. A urbanização brasileira chegou ao seu pico no final dos anos 1970 e desde então as taxas são decrescentes, ainda que significativas, com a urbanização acontecendo em novas bases em relação ao período anterior: maior metropolização, maior crescimento de cidades de porte médio e de cidades pequenas, esvaziamento de áreas centrais, crescimento de áreas periurbanas, periferização da pobreza e aumento do crescimento informal e da precariedade habitacional, etc. Contudo esse processo de urbanização rápida e de enorme impacto, que mudou o País de ponta-cabeça – provocando mudanças estruturais em termos territoriais, sociais, econômicos, ambientais e culturais -, se deu sem uma base jurídica minimamente adequada.

É de se destacar, ainda, que, segundo Fernandes (2021, p. 13), a longa trajetória que se fez presente a fim de institucionalizar tal processo:

O princípio central do Direito Urbanístico – que é a ideia da *função social da propriedade* – certamente existe nas Constituições desde a Constituição Federal de 1934, porém sem que tenha havido uma definição minimamente clara do seu conteúdo ao longo das décadas de urbanização intensiva, tendo assim sido sempre um princípio muito elusivo. A principal lei que vigorou ao longo desse processo de crescimento urbano até o final dos anos 1970 foi o *Decreto-Lei no. 58, de 1937*, que visava a regular aspectos do processo de loteamento do solo urbano, mas que, em que pese sua importância, era totalmente inadequado da perspectiva de uma política urbana – especialmente quando a urbanização no País se dava principalmente de maneira horizontal, pela agregação de novas áreas de expansão urbana e rurais. Nesse período, foram pouquíssimas as leis e decisões judiciais aplicáveis ao campo do urbanismo, dado o pleno domínio do civilismo isso é, das noções hegemônicas sobre o direito de propriedade que advinham do *ideário privatista do Código Civil de 1916*.

Nessa linha de tempo, houve mais um avanço no sistema jurídico/urbanístico, com a aprovação da Lei no. 6766/79, “[...] que dispõe sobre o parcelamento solo urbano – e que efetivamente se prestava ainda que muito tardiamente como instrumento de política urbana” Fernandes (2021, p. 9).

Farias (2021, p. 84) afirma que:

[...] a partir da década de 1970, a problemática urbanística explodiu no País, tendo em vista a concentração populacional nas grandes cidades e o aumento exponencial do déficit de moradia, cenário que se mostrou um terreno fértil para a proliferação de invasões (rectius, ocupações) urbanas e de loteamentos irregulares e clandestinos, incapazes de ou garantir uma habitabilidade adequada a seus ocupantes ou permitir que seguissem dentro dos estreitos limites da legalidade urbanística, concebida para a cidade ideal e, não, a real.

Obviamente, isso demandava uma atuação diferenciada por parte do Poder Público, seja em termos administrativos ou legislativos, uma vez que o cenário só propendia a piorar com o passar do tempo. Foi nesse contexto que surgiu a Lei Federal n.º 6.766/1979, também conhecida como Lei do Parcelamento do Solo ou Lei dos Loteamentos, a qual tinha como principal objetivo dispor sobre a organização do uso e do ordenamento do solo urbano (FARIAS, 2021, p. 84).

Com referência a Lei nº 6766/79, verifica-se que a mesma possui dispositivos indicando certa preocupação do legislador, à época, com a ordenação urbana. Como forma de exemplificar, necessário destacar: previsão de que os lotes deverão ter uma área mínima de 125 (cento e vinte e cinco metros quadrados); obrigação atribuída ao loteador de entregar o loteamento com a devida infraestrutura (equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação).

Portanto, sob outra perspectiva, verifica-se que o Decreto nº 58 de 1937, tinha como objetivo principal regulamentar a relação contratual originada do processo de compra e venda dos lotes, de modo a tornar a referida relação comercial mais segura, ao menos sob o ponto de vista jurídico.

Após essa longa caminhada de organização jurídica e em decorrência da expansão das cidades e a necessidade de melhor organizar a sua estrutura física e a sociabilidade entre os seus ocupantes, foi aprovado no dia 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, regulamentando os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal (1988), estabelecendo linhas gerais da política urbana, ou seja: fixando princípios, objetivos, diretrizes, e instrumentos de gestão urbana confirmado por Lira (2021, p. 186):

Na retomada e na intensificação dos movimentos sociais pela ratificação da gestão democrática das políticas públicas, as lutas pela reforma urbana ganharam destaque e força com o respaldo da política urbana brasileira delineada pelos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988.

Para conhecimento e melhor compreensão sobre o assunto, seguem os aludidos artigos da Constituição de 1988:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o Estatuto da Cidade veio regulamentar um conjunto de instrumentos previsto no capítulo de Política Urbana da Constituição Federal de 1988, disponibilizar outros instrumentos jurídicos e urbanísticos, como também trazer regramentos para a política urbana a ser implementada pelos municípios brasileiros, uma vez que registrava-se no Brasil acelerado processo de urbanização vivenciado nas décadas de 1970/1980 e falta de políticas públicas coletivas e o aumento da concentração de renda, o que motivaram a instauração de cidades desiguais e excludentes.

Assim, o Movimento da Reforma Urbana logrou que se instituísse na Constituição Federal, uma política pública que colocasse a cidade e suas funções sociais, como protagonista do mundo urbano em que já se transformara o século XX.

Lira (2021, p. 187-188), chama a atenção para o Estatuto da Cidade que apresenta normas e diretrizes gerais na execução da política urbana. Tais diretrizes estabelecem princípios de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, assim como o equilíbrio ambiental.

[...] o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257) foi sancionado em julho de 2001. Além de regulamentar e consolidar os conteúdos presentes nos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, também explicitou as diretrizes da política urbana, dentre as quais se destacam a sustentabilidade, a gestão democrática, a cooperação entre os entes federados, iniciativa privada e demais setores da sociedade e a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais. Foi reiterada a relevância da função social da propriedade e o protagonismo do plano diretor como o mecanismo básico da gestão territorial das cidades. Também foi explicitado o alinhamento e complementariedade com a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei no. 6.938/81) (LIRA, 2021, p. 187-188).

O Estatuto da Cidade, deixou a cargo de cada município efetivar os seus dispositivos segundo as características locais regulamentadas no Plano Diretor.

Concernente às políticas públicas, no âmbito urbanístico, destaca-se sua importância na busca da realização das funções sociais da cidade, acatando, por meio de ações governamentais planejadas, a melhoria de vida nas cidades, com a oferta

de serviços públicos capazes de possibilitar e garantir aos moradores e usuários a realização de lazer, mobilidade, segurança, dentre outros. Registra-se, pois, que a população mais pobre é sempre empurrada para as áreas ambientalmente frágeis e na maioria das vezes, com menor valor no mercado imobiliário.

Conforme explanação de Santini, Marangon (2008, p. 91-92):

O Estatuto da Cidade evidencia ainda a importância da gestão democrática municipal como um mecanismo implementador do princípio da dignidade da pessoa humana. Diante da constatação da situação de desequilíbrio vivenciada na grande maioria das cidades, em que grande parte dos habitantes permanece à margem da infraestrutura e dos serviços públicos municipais (gerando conceitos como cidade formal – incluídos – e cidade informal – excluídos), a gestão democrática municipal mostra-se um importante instrumento nas mãos da cidadania a fim de reverter este estado de coisas, a partir de sua participação na aprovação coletiva dos projetos para a cidade. Pleiteia-se, com essa nova política urbana, o direito de cada cidadão em participar do planejamento a respeito do desenvolvimento da cidade, garantindo que ela seja sustentável para esta e para as futuras gerações.

O Estatuto da Cidade evidencia também a importância da gestão democrática municipal como um mecanismo implementador do princípio da dignidade da pessoa humana. Tal situação de desequilíbrio vivenciada na grande maioria das cidades brasileiras, em que grande parte dos habitantes permanece à margem da infraestrutura e dos serviços públicos oferecidos pela municipalidade, contribui para a formulação de conceitos como: cidade formal – incluídos – e cidade informal – excluídos.

Considera-se ainda, que:

[...] a gestão democrática municipal mostra-se um importante instrumento nas mãos da cidadania a fim de reverter este estado de coisas, a partir de sua participação na aprovação coletiva dos projetos para a cidade. Pleiteia-se, com essa nova política urbana, o direito de cada cidadão em participar do planejamento a respeito do desenvolvimento da cidade, garantindo que ela seja sustentável para esta e para as futuras gerações (SANTINI, MARANGON, 2008, p. 92).

3.1 Plano Diretor Urbano da cidade de Vila Velha - ES

Nessa oportunidade, apresenta-se o Plano Diretor Municipal Urbano (PDU) da cidade de Vila Velha – ES, Lei Complementar 65, em vigor desde 12 de novembro de 2018, data da sua publicação. O PDU é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e deverá englobar o território do município como um todo, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Inicia-se por um viés histórico conforme informações do documento “Plano Diretor Urbano de Vila Velha”, gerado pelo Instituto Jones Santos Neves (IJSN) em 1979, o qual tinha como objetivo apresentar subsídios técnicos para elaboração do primeiro PDU do citado município.

Isto significa que os objetivos propostos devem ser adequados aos meios disponíveis, programados para prazos técnica e financeiramente viáveis, dimensionados de acordo com os recursos humanos e organizacionais dos Poderes Públicos locais e consentâneos com a aprovação e apoio dos órgãos Legislativos, das lideranças políticas e da população em geral (VILA VELHA (ES), 1979, n.p.).

Posteriormente a esse estudo e para atender a dinâmica do município, o PDU foi sendo substituído de forma gradativa, a fim de atender as demandas e necessidades da população, uma vez que as mudanças no tecido urbano circundam variados setores, envolvendo empreendimentos imobiliários, industriais, hotelaria, repartições públicas, escritórios privados, comércio em geral, escolas, áreas esportivas, serviços e lazer. O município de Vila Velha - ES, integra a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) com lentidão na sua ocupação que se prolongou até o século XIX.

Sua urbanização mais intensa ocorreu a partir da década de 1970, com a implantação, na RMGV, de projetos de grande porte como a instalação da Cia Vale do Rio Doce (CVRD, atual Vale) e da Cia Siderúrgica de Tubarão (CST, atual Arcelor Mittal), dentre outras indústrias e empresas (RODRIGUES, 2020, p.22).

Dessa feita, os governos – federal, estadual e municipal – dispõem de regulamentos e instrumentos para aplicarem no planejamento e na gestão do desenvolvimento urbano. Cabe aos municípios a responsabilidade por editar as leis implementadoras de suas políticas urbanas, conforme regulamentação dada pelo Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/2001.

Em nível de cidades e regiões metropolitanas, os órgãos responsáveis pela política urbana são geralmente representados por Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano e Agências Metropolitanas voltadas à governança e ao planejamento regional, com capacidade operacional e financeira, para fazer o planejamento do desenvolvimento urbano e regional, além de competência para implementar políticas, execução, análise e aprovação de projetos, e a possibilidade de estabelecer a articulação entre os diferentes entes governamentais envolvidos, o setor privado e a sociedade civil (RODRIGUES, 2020, p.49).

A fim de ilustrar as regulações norteadoras da política urbana no Brasil, apresenta-se a figura 9. Nela, vê-se que a Constituição Federal (1988) ocupa o ápice da pirâmide, o que evidencia o maior poder do qual emana os demais (ITDP, 2017 *apud* RODRIGUES 2020, p. 48).

Figura 9. Regulações norteadoras da política urbana brasileira



Fonte: Rodrigues (2020, p. 48).

A Constituição Federal (1988), instituiu o Plano Diretor Municipal (PDM), como o principal instrumento para definir normas e estratégias e direcionar quais os caminhos que o município deve adotar para cumprir seu papel constitucional de ordenação plena das funções sociais da propriedade e atingir o desenvolvimento urbano sustentável.

Entende-se como espaço urbano sustentável, a organização das atividades humanas de maneira justaposta no meio geográfico, cujas composições são responsáveis pela formação/organização das cidades, dos bairros e das atividades nelas desenvolvidas e necessárias, bem como o seu sistema de organização socioespacial. A cidade, por outro lado, é a materialização do urbano, com aglomerações populacionais: conjuntos e/ou condomínios de casas, prédios e áreas comuns de lazer.

Lira, Laranja e Magalhães (2010, p. 1), reiteram que os dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2013, indicam que:

[...] em 2010 o estado do Espírito Santo apresentou um IDH de 0,740, ou seja, um índice considerado de alto desenvolvimento humano e acima da média nacional (0,727). Em 2000, o IDH do Espírito Santo era de 0,640, isto é, um índice considerado de médio desenvolvimento humano e, mesmo assim, acima da média nacional (0,612).

Face a essa situação, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT)/ Observatório das Metrópoles construiu, de forma inovadora, o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU). Tal indicador,

[...] amplia a análise do desenvolvimento humano complementando a interpretação com as especificidades dos fenômenos urbano e metropolitano. O IBEU possibilita ao gestor, técnico e/ou pesquisador, bem como à sociedade, mensurar, comparar e avaliar as múltiplas dimensões da vida urbana, viabilizando a análise dos equipamentos sócio comunitários e serviços disponíveis no âmbito das cidades (LIRA, LARANJA, MAGALHÃES (2010, p.2).

O PDM é a lei que orienta a ocupação do solo urbano, tomando por base interesses coletivos e privados, tais como a preservação da natureza e da memória, bem como a qualidade de vida no ambiente urbano, cuidando desta forma do desenvolvimento do Município nos seus aspectos econômico, físico e social. O referido plano de Vila Velha, está contido na Lei Complementar 65/2018, em vigor desde 12 de novembro de 2018, data da sua publicação.

Por sua vez, o urbanismo, como instrumento de intervenção, é um recurso empregado pelo Município, para alterar as estruturas físicas das cidades. Dada a sua proporcionalidade, questões/problemas colocados pelas cidades aos seus administradores, vão se intensificando e tornam-se cada vez mais complexos. Assim, o urbanismo, procura explicar a cidade em sua totalidade e propõe soluções para suas dificuldades, influenciando as políticas oficiais de intervenção.

Entretanto, o forte crescimento que tem marcado a urbanização no Brasil ocorre, na maioria das vezes, sem planejamento urbano, resultando em cidades com uma forma urbana dispersa, desorganizada e fragmentada, inadequada e insustentável. Necessário se faz que as cidades cresçam e se constituem oferecendo à sociedade, redes básicas de distribuição e condução, permitindo que a população

viva de forma mais confortável, o que inclui energia elétrica, drenagem, canalização de esgoto, gás, água potável, segurança, entre outros.

Porém, Gouvêa, 2021, p. 162, enfatiza que:

A existência da informalidade urbana está presente em todo o território nacional e não é uma exclusividade das áreas mais pobres como favelas, assentamentos informais. Encontramos parcelamentos irregulares em áreas ocupadas por moradores de alta e média renda, como nos inúmeros condomínios e loteamentos fechados espalhados por todo o País. A informalidade agrava a crise urbana marcada por cidades configuradas a partir de um modelo de fragmentação e segregação socioespacial de ocupação do solo, com adensamento excessivo dos centros urbanos e expansão horizontal dispersa e sem planejamento.

Em vista disso, é fundamental observar o contexto histórico para compreender as iniciativas adotadas e de que forma elas buscavam responder aos problemas de cada época. Todo modelo de planejamento urbano proposto é criado como uma reação às adversidades enfrentadas nas cidades, sejam sociais, econômicas, políticas ou culturais. No Brasil, considera-se o plano instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, disposto na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Cidade. No Direito, o Estatuto da Cidade é o conjunto de normas jurídicas ou a Lei nº 10.257/2001, que estabelece as diretrizes para a política urbana.

O Estatuto da Cidade tem a finalidade de regulamentar a política urbana brasileira, estabelecendo princípios e diretrizes a serem adotados nos planos diretores municipais, de maneira a construir territórios que promovam justiça social, o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, conforme explicitado a seguir:

O Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001 afirma que:

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e deverá englobar o território do Município como um todo. É obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

Modernamente, a gestão e a participação social se fazem presentes nos planos diretores. Tal processo social mudou a partir da diretriz da gestão democrática, por meio da integração da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Segundo Santin e Marangon (2008, p. 99 -100):

A gestão democrática das cidades deve tornar-se uma realidade, assegurando a “participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (art. 2º, inc. II do Estatuto da Cidade), para se chegar a uma urbanização justa e equânime.

As explicações apresentadas pelo Poder Público para a centralização das decisões não são aceitáveis, e se apoiam em alicerces antigos para justificar problemas novos. Por essa razão, urge se faça investimento de profundidade no Plano Diretor, e que ele seja uma formulação conjunta entre o Poder Público e os cidadãos, pois cabe a ele dirigir os destinos do Município, sendo obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes.

A gestão democrática é o instrumento urbanístico capaz de viabilizar a participação da população e de associações representativas dos mais diversos setores da comunidade, através das audiências públicas. A cultura de gestão participativa é importante para se conseguir efetivar uma política urbana que possibilite melhores condições de vida da população e que promova um desenvolvimento sustentável, inclusivo, voltado para a redução das desigualdades sociais.

Para superar os conflitos socioespaciais, principalmente nas áreas carentes de investimentos públicos e de urbanização precária, é necessário: assegurar acessibilidade aos espaços públicos urbanos; buscar a justa distribuição de benefícios do processo de urbanização; fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade urbana e a universalização do direito à moradia digna pelo caminho da participação.

O parcelamento do solo urbano tem relevante função social, quer no quadro da função social da propriedade urbana, quer no quadro maior da função social da cidade, quer, ainda, no foco do bem comum da ordem social (AMADEI; AMADEI, 2012, p. 29).

Por esse ângulo, necessário evidenciar que o atual Plano Diretor Municipal da cidade de Vila Velha - ES, reforça em diversos dispositivos o princípio da função social da cidade e propriedade, ressaltando a necessidade de integração de políticas públicas para materializar a inclusão territorial e promover a moradia digna.

Lei Complementar nº 65/18:

Artigo 3º: traz os princípios da Política Urbana de Vila Velha: cidade sustentável; função social da cidade; função social da propriedade urbana; sustentabilidade urbana e ambiental e gestão democrática.

[...]

Artigo 5º: afirma que a propriedade imobiliária cumprirá sua função social, estando seu uso, gozo e disposição sujeitos aos objetivos que visem os interesses coletivos fixados nesta Lei.

[...]

Artigo 36: A inclusão territorial e promoção da moradia digna em Vila Velha se darão pela integração das políticas de habitação e demais políticas setoriais, incluindo a regularização de assentamentos de interesse social, produção de novas moradias populares e pela justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais (VILA VELHA (ES), 2018).

CAPÍTULO IV

A ARQUITETURA DO MEDO

Pretende-se nesta pesquisa, apresentar a “arquitetura do medo” e a insegurança comuns entre a população dos centros urbanos das cidades brasileiras, mais precisamente, em dois bairros de elite e popular na cidade de Vila Velha - ES, em detrimento a transformações sociais e urbanas, como o crescimento dos índices de violência, o tráfico de drogas, as desigualdades sociais, a segregação socioespacial, entre outros fatores.

O crescimento da população mundial, somado à elevação das exigências do homem, cada vez mais distante de suas raízes naturais, cujas bases são direcionadas a um alto nível de consumo, distancia-se dos cuidados necessários para preservação da especificidade da vida social nos grandes centros urbanos surgidos a partir do século XIX, com a expansão das grandes cidades surgidas a partir da Revolução Industrial (1760-1840).

Segundo Arantes (2015, p. 46-47):

As transformações ocorridas na economia mundial nas últimas décadas – globalização, reestruturação produtiva e o neoliberalismo – impactaram fortemente sobre a estrutura das grandes cidades mundiais, entre elas as brasileiras. Os ajustes neoliberais dos anos 90 contribuíram para a configuração de importantes crises, que foram marcadas pelo aumento do desemprego, da pobreza, da vulnerabilidade social e, principalmente, da violência urbana.

A violência urbana é um fenômeno contemporâneo, resultado das políticas voltadas à reprodução do capital, via produção imobiliária e exploração do medo da violência urbana. Tal realidade tem produzido impactos importantes sobre a vida urbana, como a ampliação da autosegregação residencial, o que leva a ampliação das desigualdades socioespaciais.

No Brasil, especificamente, a nova fase de modernização capitalista teve impactos consideráveis sobre a vulnerabilidade social urbana. O tráfico territorializado de drogas avançou, criando localidades praticamente fora do controle do Estado. O aumento das desigualdades sociais configurou uma crise de grande envergadura que contribuiu para a deteriorização das relações de sociabilidade e de confiança, ampliando a segregação e o medo (ARANTES, 2015, p.47).

Além das consequências da violência nas diferentes esferas sociais, como furtos, roubos, arrombamentos, existem aquelas que refletem no campo do simbólico, responsável pelo sentimento de medo e insegurança que afligem diferentes níveis da sociedade. Este medo está se globalizando e trazendo efeitos visíveis a paisagem, o desenvolvimento de fobias e a busca por aparatos de vigilância, que são utilizados com maior ou menor frequência em diferentes cidades.

De certa forma, o ambiente citadino contribui para a ocorrência do medo por fatores como: a segregação socioespacial, a concentração populacional e a desigualdade na distribuição de renda.

Na atualidade, a população residente em centros urbanos brasileiros tem vivido sob o espectro da violência criminal-medo. Porém nestes últimos anos, a questão do medo tem sido tratada também a partir das análises estatísticas de incidências criminais compiladas pelos órgãos de segurança pública, onde o crime se espacializa no tecido urbano e em consequência disso os residentes procuram se proteger de diversas maneiras, uma delas é o enclausuramento das residências por medo destas ações violentas (SANTOS, 2016, p. 29-30).

Entende-se que tal situação surge, segundo Bauman (2009), de um “duplo movimento”: a concentração do capitalismo nas grandes áreas urbanas e os grandes fluxos populacionais de uma intrínseca distribuição de renda: “[...] bairros nobres, com a formação de uma elite global móvel e altamente profissionalizada, seja nos bairros populares, com a ampliação dos cinturões periféricos, onde se junta uma enorme quantidade de populações deserdadas (BAUMAN, 2009, p. 8).

O medo da violência e da criminalidade possibilitam o surgimento de novos produtos e de serviços retroalimentados pela alegação da insegurança, impulsionando um lucrativo mercado – a indústria do medo.

De forma afirmativa, Bauman (2009, p. 8) complementa:

O efeito desse duplo movimento é evidente na vida cotidiana de quem mora na cidade contemporânea: enquanto os bairros centrais são valorizados e tornam-se objetos de grandes investimentos urbanísticos, outras áreas são corroídas pela degradação e tornam-se marginais. Quem possui recursos econômicos, ou tem condições de deslocar-se tenta se defender criando verdadeiros enclaves, nos quais a proteção é garantida por empresas privadas de segurança, ou transferindo-se para áreas mais tranquilas e nobres. Os mais pobres (ou seja, aqueles que são obrigados a permanecer onde estão) são forçados, ao contrário, a suportar as consequências mais negativas das mudanças. Isso só pode gerar um crescente e difuso sentimento de medo.

Grande parte dos municípios brasileiros é caracterizada pela irregularidade e até mesmo ilegalidade no processo de expansão e desenvolvimento urbano. Loteamentos irregulares, invasões, favelas e outros assentamentos precários se transformam, a curto prazo de tempo, em forma predominante de ocupação do espaço residencial, principalmente para habitantes de baixa renda. Para enfrentar tal situação, é fundamental uma intervenção do poder público no que se refere ao fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos municípios.

O conceito de desenvolvimento urbano, que vem sendo pauta constante da vida das grandes cidades brasileiras, pode ser definido como um conjunto de ações, estratégias e instrumentos necessários para a transformação da cidade, tendo como objetivo principal o seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. Econômico, pois as estratégias buscam promover uma melhor qualificação de renda e criar oportunidades de emprego para a população; social porque são ações que visam reduzir as diferenças entre classes enquanto buscam mitigar os processos de vulnerabilidade da cidade, vinculados à qualidade de vida e ao índice de desenvolvimento humano (PARTEZANI, 2018, *on-line*).

A repercussão da presença do medo promove a reorganização do espaço urbano, influenciando na identidade cultural, uma vez que promove políticas de inclusão ou exclusão do outro, desestabilizando as relações humanas.

Bauman (2009, p. 20) afirma que “a dissolução da solidariedade representa o fim do universo no qual a modernidade sólida administrava o medo”. E ainda, sobre a proteção e o medo:

Todos que têm condições adquirem seu apartamento num condomínio: trata-se de um lugar isolado que fisicamente se situa dentro da cidade, mas, social e idealmente, está fora dela. Presume-se que as comunidades fechadas sejam mundos separados. As mensagens publicitárias acenam com a promessa de ‘viver plenamente’ como uma alternativa à qualidade de vida que a cidade e seu deteriorado espaço público podem oferecer. Uma das características mais relevantes dos condomínios é seu isolamento e sua distância da cidade... Isolamento quer dizer separação de todos os que são considerados socialmente inferiores, e – como os construtores e as imobiliárias insistem em dizer – o fator-chave para obtê-lo é a segurança. Isso significa cercas e muros ao redor dos condomínios, guardas (24 horas por dia) vigiando os acessos e uma série de aparelhagens e serviços ... que servem para manter os outros afastados (BAUMAN, 2009, p. 39).

Os espaços fechados, com vigilância, controle de entrada e saída, ou seja, os condomínios de alto padrão, propõem um novo estilo de morar. Notadamente, as propagandas prometem segurança nessas microcidades divididas em residências, espaços para lazer e esportes.

Com relação aos espaços fechados, Caldeira (2000, p. 258) assegura que:

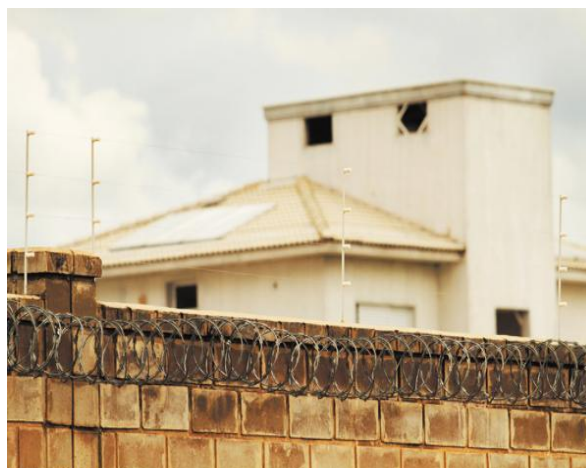
Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes.

Esses espaços fechados por muros e protegidos por outros aparatos de segurança abrigam classes sociais homogêneas o que, de certa forma, dissipa o medo dos seus ocupantes. O medo pode ser definido por uma grande emoção que envolve sentimento habitualmente desagradável, provocado pela percepção de um perigo, seja ele presente ou futuro, real ou suposto. É também considerado uma das emoções primárias que resultam da “aversão natural” à ameaça iminente de um risco ou uma ameaça real ou imaginária.

Esses novos enclaves fortificados são, em geral, empreendimentos multifuncionais, que pretendem centralizar moradia, trabalho, lazer e serviços, com o objetivo manifesto de se criar um novo bairro fechado e seletivo, uma “cidade” blindada dentro da cidade, oferecendo além da segurança, divertimento, qualidade de vida, felicidade da família e facilidades diversas (ARANTES, 2015, p. 19).

São diversas as possibilidades de modelos e significados relacionados à “arquitetura do medo”, bem como, múltiplos exemplos encontrados nas cidades brasileiras presentes em classes sociais de padrões variados, em seu respectivo território socioespacial. Observa-se, nas Figuras 10 e 11 dupla proteção: muro alto cerca elétrica e serpentina.

Figura 10. Muro alto, serpentina e cerca elétrica



Fonte: <https://www.google.com/search?sxsrf>

Figura 11. Muro alto e serpentina



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente e revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. A vivência nesses espaços não apenas é reflexo da busca da homogeneidade social e da sua consequente (presumida) proteção, como afirma Bauman (2009, p. 46):

Como as pessoas esqueceram ou negligenciaram o aprendizado das capacidades necessárias para conviver com a diferença, não é surpreendente que elas experimentem uma crescente sensação de horror diante da ideia de se encontrar frente a frente com estrangeiros. Estes tendem a parecer cada vez mais assustadores, porque cada vez mais alheios, estranhos e incompreensíveis. E também uma tendência para que desapareçam – se é que já existiram – o diálogo e a interação que poderiam assimilar a alteridade deles em nossa vida. É possível dizer que o impulso para um ambiente homogêneo, territorialmente isolado, tenha origem na mixofobia: no entanto, colocar em prática a separação territorial só fará alimentar e proteger a mixofobia [...].

A perda do *modus convivendi* identificado por Bauman (2009) como resultado da mixofobia e da vida nas comunidades de vizinhança parece ter efeitos insidiosos sobre a socialização de crianças e jovens. Nas zonas urbanas há pouco espaço para a solidariedade e a criação de elos entre os indivíduos e assim, o sentimento de invisibilidade é mais acentuado.

Alves (2003) comenta que espaços públicos de qualidade, bem projetados e com adequada gestão, desempenham papel crucial na promoção da qualidade de vida e contribuem positivamente para cidades mais saudáveis em termos sociais, ambientais e econômicos. Ao satisfazer requisitos de conforto, segurança e

relaxamento, esses locais favorecem a significação do lugar e garantem qualidades gratificantes aos usuários.

Entretanto, o crescimento da criminalidade violenta no Brasil e nos demais países latino-americanos tem gerado uma ampliação dos sentimentos de medo e insegurança. A sociabilidade violenta está presente no cotidiano da população, especialmente nos grandes centros.

A exposição midiática das ameaças à segurança se tornou um elemento na guerra pelos índices de audiência nos meios de comunicação e uma “arquitetura do medo” se afirmou como o principal elemento atual dos produtos imobiliários, como os condomínios fechados, denominados por Caldeira (2011) de “enclaves fortificados”.

Os “muro” e/ou “grade”, cuja finalidade é proteger pela dificuldade de sua transposição, tomado aqui como exemplo, pode ser visto atualizado e materializado nas múltiplas arquiteturas do medo - figuras 12 e 13.

Figura 12. Muro alto, grades, cerca elétrica, portões e interfone



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

Figura 13. Proteção com grades e lanças



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

Ao longo da história da humanidade sempre houve ameaças e violências de roubo de bens, mais ainda, de quem os têm em abundância. No Brasil contemporâneo, a criminalidade se desenvolve em níveis alarmantes, demonstradas diariamente nos meios midiáticos.

A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 211).

A nova fase de modernização capitalista no país teve impactos consideráveis sobre a vulnerabilidade social urbana trazendo transtornos à população no que diz respeito à segurança. O aumento das desigualdades sociais configurou uma crise de grande envergadura que contribuiu para macular as relações de sociabilidade e de confiança, ampliando a segregação e o medo nas cidades.

A necessidade de roubar, de alguns; a defesa e proteção contra esses atos de forma mais criativa possível; a não aceitação das diferenças entre ricos, pobres, culturas, religiões, raças têm levado às violências, medos e segregação que têm, na “arquitetura do medo”, uma materialização explícita.

O incremento do medo e da “militarização da questão urbana” no Brasil tem ocasionado também outras consequências sobre os padrões de sociabilidade nas grandes cidades. Estão cada vez mais presentes nos grandes centros, também como resultado desses sentimentos de medo, as práticas dos grupos de extermínio, milícias armadas que se colocam numa condição paramilitar e, mais atualmente, a ação de grupos de “justiceiros” que têm agido “por conta própria”, e de forma ilegal, contra o crime e aqueles considerados criminosos (SOUZA, 2008).

A sensação de medo e insegurança irradia tanto das relações com o outro, quanto das relações que as pessoas estabelecem com seus espaços de moradia, favorecendo a sensação constante da impossibilidade de segurança.

De acordo com Bauman (2009, p. 47):

Todos sabem que viver numa cidade é uma experiência ambivalente. Ela atrai e afasta; mas a situação do cidadão torna-se mais complexa porque são exatamente os mesmos aspectos da vida na cidade que atraem e, ao mesmo tempo ou alternadamente, repelem. A desorientadora variedade do ambiente urbano é fonte de medo, em especial entre aqueles de nós que perderam seus modos de vida habituais e foram jogados num estado de grave incerteza pelos processos desestabilizadores da globalização. Mas esse mesmo brilho caleidoscópico da cena urbana, nunca desprovido de novidades e surpresas, torna difícil resistir a seu poder de sedução.

O medo, geralmente abordado como um conceito difuso, gera em torno de sua análise temas como: violência, insegurança, políticas urbanas, subjetividades e comportamentos sociais diversos. Reflexões importantes sobre o medo foram narradas pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017) em uma de suas publicações, quando discorre sobre o “Medo Líquido” (2008).

4.1. O “Medo Líquido” segundo Bauman

Bauman em sua obra “Medo Líquido”, tece conceitos acerca do “medo”, os quais alinhava-se o que se pode chamar de redesenho. Apesar da abrangência do assunto, foca no medo referente as cidades e a segurança na modernidade. Bauman escreve a respeito de uma nova época em que as relações sociais, econômicas e de produção são frágeis, fugazes e maleáveis, como os líquidos.

A promessa moderna de evitar ou derrotar uma a uma todas as ameaças à segurança humana foi até certo ponto cumprida – embora não a promessa reconhecidamente exagerada, altamente ambiciosa e com toda probabilidade impossível de cumprir, de acabar com elas de uma vez por todas. O que, no entanto, deixou flagrantemente de se materializar é a expectativa de liberdade em relação aos *medos* nascidos da insegurança e por esta alimentados (BAUMAN, 2008, 169).

Nessa perspectiva, a constante busca pela segurança se faz *mister* delinear a conjuntura teórica em torno do descrédito da insegurança no mundo moderno gerada pelo fenômeno da urbanização. Segundo Bauman (2008, p. 9) “o medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva”.

Os perigos dos quais se tem medo (e também os medos derivados que estimulam) podem ser de três tipos. Alguns ameaçam o corpo e as propriedades. Outros são de natureza mais geral, ameaçando a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela, da qual depende a segurança do sustento (renda, emprego) ou mesmo da sobrevivência no caso de invalidez ou velhice. Depois vêm os perigos que ameaçam o lugar da pessoa no mundo – a posição na hierarquia social, a identidade (de classe, de gênero, étnica, religiosa) e, de modo mais geral, a imunidade à degradação e à exclusão social. Mas numerosos estudos mostram que, nas consciências dos sofredores, “medo derivado” é facilmente “desacoplado” dos perigos que causam. As pessoas às quais ele aflige com o sentimento de insegurança e vulnerabilidade podem interpretá-lo com base em qualquer dos três tipos de perigos – independentemente das (e frequentemente em desafio às) evidências de contribuição e responsabilidade relativas a cada um deles. As reações defensivas ou agressivas resultantes, destinadas a mitigar o medo, podem assim ser dirigidas para longe dos perigos realmente responsáveis pela suspeita de insegurança. (BAUMAN, 2008, p.10).

A modernidade impõe uma sociedade de insegurança, risco e medo. O entendimento para tal complexidade, permeia a análise das implicações que se manifestam no processo das inter-relações entre indivíduo e sociedade. O que se deseja é um ambiente digno e capaz de assegurar o bem-estar social de todos, sendo necessário o aprofundamento nas questões que viabilizem o efetivo bem para a sociedade, com interferência eficaz do poder público e severa responsabilização daqueles que infringirem os princípios da segurança coletiva. Bauman (2008, p. 13) diz que: “como todas as outras formas de coabitação humana, nossa sociedade líquido-moderna é um dispositivo que tenta tornar a vida com medo uma coisa tolerável”.

As oportunidades de ter medo estão entre as poucas coisas que não se encontram em falta nesta nossa época, altamente carente em matéria de certeza, segurança e proteção. Os medos são muitos e variados. Pessoas de diferentes categorias sociais, etárias e de gênero são atormentadas por seus próprios medos; há também aqueles que todos nós compartilhamos - seja qual for a parte do planeta em que possamos ter nascido ou que tenhamos escolhido (ou sido forçados a escolher) para viver (BAUMAN, 2008, p.31).

Entende-se que a crescente violência urbana, é uma das principais preocupações atuais no que diz respeito à qualidade de vida dos moradores nas cidades e os seus medos. A ameaça à tranquilidade do uso dos espaços públicos e a ansiedade gerada pelo medo causa um misto de emoções volúveis caracterizadas por uma tensão ou desconforto derivado da antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho na rotina entre as pessoas.

Bauman (2008, p. 94), afirma que: “as parcerias não se fortalecem, os medos não se dissipam”. Entretanto, a indústria da construção e a indústria do medo, oferecem espaços de segurança dentro de condomínios habitacionais verticais e/ou horizontais fechados, deixando zonas de medo nas ruas e nos espaços públicos urbanos. A “arquitetura do medo” é transvestida num grande potencial de lucro para os investidores imobiliários.

As cidades brasileiras sofrem com o processo de crescimento retratadas pelo medo e a violência urbana. De acordo com o mesmo autor (2008, p.11),

O que mais amedronta é a ubiquidade dos medos; eles podem vazar de qualquer canto ou fresta de nossos lares e de nosso planeta. Das ruas escuras ou das telas luminosas dos televisores. De nossos quartos e de nossas cozinhas. De nossos locais de trabalho e do metrô que tomamos para ir e voltar. De pessoas que encontramos e de pessoas que não conseguimos perceber.

Questões de valorização e segurança do espaço público têm sido negligenciadas pela ausência de políticas públicas que minimizem as desigualdades sociais, econômicas, culturais, dos preconceitos estabelecidos e principalmente da violência e do medo urbano. Atualmente, o medo caracterizado por roubos, assaltos, latrocínios, sequestros.

CAPÍTULO V

OS BAIRROS PESQUISADOS: BOA VISTA I E PRAIA DA COSTA

Com similaridade ao estudo de Aragão (2017), a presente pesquisa visa registrar estudo comparativo a respeito da “arquitetura do medo” em dois bairros na cidade de Vila Velha - ES: Boa Vista I e Praia da Costa, sendo um, considerado de elite e o outro, popular. A escolha se justifica, tendo em vista a proximidade geográfica entre os mesmos e a disparidade da situação econômica e social de seus moradores, bem como a forma de protegerem-se da violência urbana. Para tal, lança-se mão de autores que auxiliaram na escrita e na formação de conceitos referentes ao assunto, além de: *sites* da Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV); do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN); populacao.net.br, dentre outros.

Vila Velha, fundada em 23 de maio de 1535, por Vasco Fernandes Coutinho, foi sede da província do Espírito Santo até 1549, quando a capital foi transferida para Vitória. Figura-se então, como a cidade mais antiga do estado, possuindo várias construções históricas, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o Forte de São Francisco Xavier de Piratininga, o Farol de Santa Luzia e o Convento da Penha, sendo este último um dos principais pontos turísticos do Espírito Santo, construído entre os séculos XVI e XVII e tombado como patrimônio histórico cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1943.

Com relação ao desenvolvimento cultural, abriga a Universidade de Vila Velha (UVV), Faculdade Estácio de Sá, Faculdade Novo Milênio e outras, ofertando ensino superior presencial e à distância nas modalidades: graduação, pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*, além do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), bem como escolas do ensino básico (pré-escola, fundamental I, fundamental II, ensino médio) sob a responsabilidade estadual, municipal e particular.

Anualmente também realizam-se diversos eventos que fortalecem ainda mais a presença de turistas, como a Festa da Penha, em homenagem a Nossa Senhora da Penha – padroeira do Estado.

São considerados principais pontos turísticos:

- **Morro do Moreno**, localizado a oeste do bairro Praia da Costa - orla, se debruça sobre o oceano Atlântico, local indicado para saltos de parapente, asa delta e para a prática de escalada, devido a sua altitude de 184 m. Do seu topo tem-se uma visão de 360° da cidade de Vila Velha, do mar e da capital, Vitória.

- **Farol de Santa Luzia**, localizado no final da Praia da Costa, na entrada da baía de Vitória, capital. Foi construído a pedido do Barão de Cotegipe, ministro da guerra do Império, em Glasgow (maior e mais importante cidade da Escócia e a terceira do Reino Unido) em 1870 e trazido para o local onde se encontra pelo engenheiro Zózimo Barroso, começando a operar a partir de 1871. Permanece em funcionamento para orientar a navegação direcionada aos Portos de Vitória, Capuaba, Vila Velha e Tubarão.

- Por sua posição nobre, encontra-se nas proximidades: a “Casa do Governador” e do 38º. Batalhão de Infantaria – Base Militar e da Escola de Aprendizes e Marinheiros do Espírito Santo.

Vale registrar que, de acordo com o ESBRASIL - Retrospectiva (2022, p.1), Vila Velha se apresenta “[...] como a cidade com maior valorização imobiliária” capixaba. A Praia da Costa, Vila Velha - ES, ocupa a 20ª. posição no “Mapa de Desenvolvimento”, com percentual de 0,911, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) (ESBRASIL, 2022, p.31).

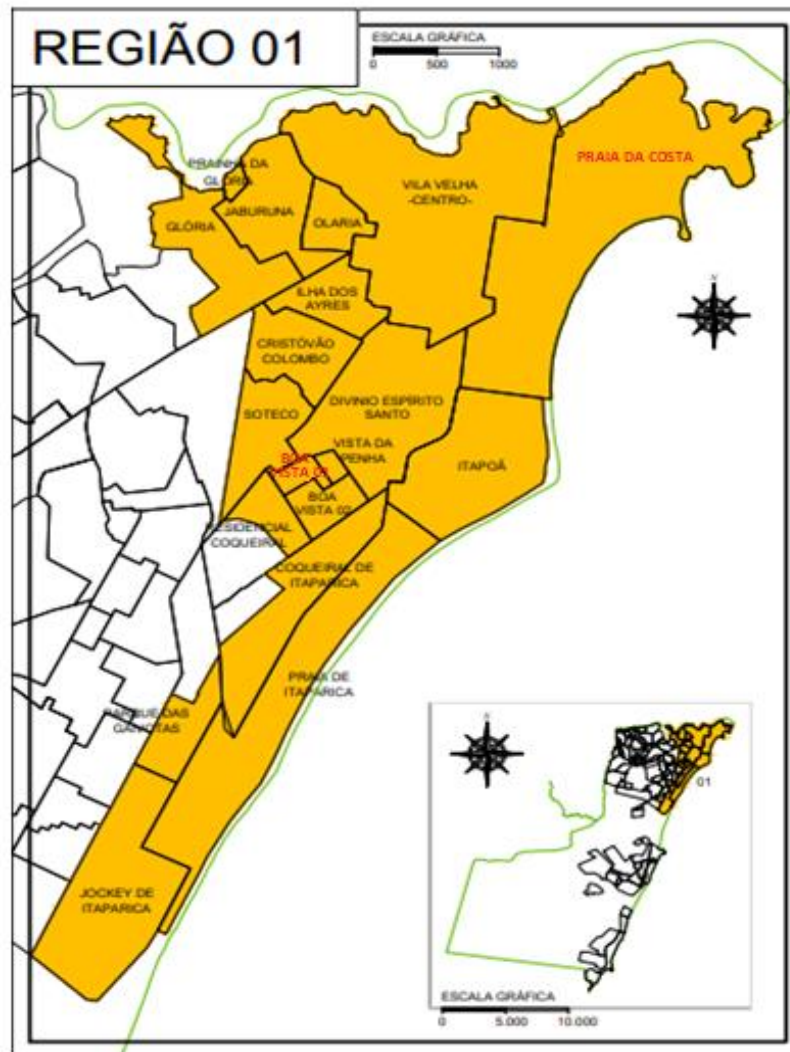
Segundo informações do Censo Demográfico (IBGE, 2010), grande parte dos munícipes da cidade de Vila Velha, entre 15 e 60 anos são ativos, registrando elevada dinâmica socioeconômica e de mobilidade urbana. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Vila Velha é de 0,800, considerado alto (PNUD, 2010). Conforme informações retiradas do *site* atlasbrasil.org, a renda *per capita* mensal na IDH dos moradores da Praia da Costa – orla, era de R\$ 3.374,20, em 2000 e R\$ 4.636,93, em 2010, valores de agosto de 2010. Nesse período observa-se que houve crescimento a uma taxa média anual de 3,23%.

Sobre as condições de habitação da população, entre os anos de 2000 e 2010, houve redução no percentual da população residente em domicílios com abastecimento de água, alcançando, em 2010, 99,96%. Quanto ao percentual da população residente em domicílios com energia elétrica não houve alteração entre 2000 e 2010, alcançando 100,00% da população em 2010. No percentual da população em domicílios com coleta de lixo houve crescimento no mesmo período, alcançando 100,00% da população em 2010.

Sobre o viés violência (entende-se roubos e furtos), de acordo com as informações contidas no *site* do IJSN, no ano de 2022, o município de Vila Velha - ES registrou 58.952 ocorrências. Desse total, nota-se que o “furto em estabelecimento comercial” aparece com 4.387 ocorrências; já o “furto a residências/condomínio” aparece com 256 ocorrências. O bairro Praia da Costa, considerado privilegiado

socioeconomicamente, aparece com 6.122 ocorrências e o Boa Vista I com 437. Os referidos bairros estão localizados na Região 01, município Vila Velha, conforme mapa 01. Os dados divulgados pela Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão (SEMPLA), constam no estudo: “Perfil socioeconômico por bairros: indicadores selecionados” (VILA VELHA (ES), 2013).

Figura 14. Mapa da Região 01, Vila Velha - ES



Fonte: VILA VELHA (ES), 2013

A região 01 possui uma população aproximada de 147.279 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010. É composta pelos bairros: Centro de Vila Velha; Boa Vista I; Boa Vista II; Coqueiral de Itaparica; Cristóvão Colombo; Divino Espírito Santo; Glória; Ilha dos Ayres; Itapuã; Jaburuna; Jockey de Itaparica; Olaria; Praia da Costa; Praia das Gaivotas; Praia de Itaparica; Residencial Coqueiral; Soteco; Vista da Penha (VILA VELHA (ES), 2011).

5.1. Bairro Boa Vista I

Com referência ao bairro Boa Vista I, os seus moradores ainda carecem de mais atenção do Poder Público Municipal, apesar de abrigar a única universidade privada do Espírito Santo, a Universidade de Vila Velha (UVV), com ampla estrutura física e de cursos, majestoso *shopping center*. A referida “[...] instituição possui o maior acervo bibliográfico particular do Espírito Santo, além de auditórios com capacidade para até 500 pessoas, salas e laboratórios específicos para as mais variadas áreas” (UVV, 2022).

As figuras 15 e 16 apresentam as fachadas externas do prédio que abriga a UVV, tomadas no mesmo *site*.

Figura 15. Fachada externa, prédio da UVV



Fonte: UVV (2022)

Figura 16. Fachada externa, entrada principal, prédio da UVV



Fonte: UVV (2022)

Figura 17. Grades e portão alto



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

Figura 18. Grades e portão



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

As fotografias 17 e 18 são exemplos de estilo da maioria das moradias: são edificadas com dois andares. Algumas apresentam três andares ou ampla área aberta ou fechada. Geralmente, somente no andar térreo há proteção com grades.

Figura 19. Grades com lanças e portões



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 19 revela portão compacto com lanças e grades nas janelas. No 1º andar, duas janelas frontais são protegidas por grades. Ausência de grades no 2º andar.

Figura 20. Portões reforçados e grades



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 20 revela dois portões: um de entrada para pessoas e outro, de garagem. Há proteção em toda varanda. Vislumbra-se ainda, grades no andar térreo da casa à direita. A fotografia foi tomada durante o dia e observa-se certa comunicação entre a vizinhança, embora tais equipamentos de segurança torne o ambiente hostil e segregador.

Figura 21. Cerca frágil de ripas de madeira



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 21, apresenta uma casa de dois pavimentos, edificada em terreno de esquina. Apenas uma cerca de madeira, já avariada, protege a casa.

Figura 22. Portões, muro de pouca altura, grade e lanças



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A residência da fotografia 22 apresenta portões de ferro em mau estado de conservação, muro de pouca altura, complementado com grades e lanças na sua parte superior. A despeito das casas anteriores, também segue o “padrão” de não proteção nas janelas do 1º. andar.

Figura 23. Muro alto, portões com lanças



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 23 apresenta dois muros – um sobreposto ao outro, com altura elevada. Não se identificam grades nas janelas do andar térreo. A primeira janela à esquerda do 1º. andar, apresenta grade simples.

Figura 24. Muro improvisado com telha de Eternit



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 24 apresenta uma casa simples, sem acabamento externo. Há ausência de muro de proteção, apenas telhas de Eternit que cumprem essa importante missão. Percebe-se ainda, que duas portas se permitem a dar continuidade ao muro, embora estejam visivelmente danificadas.

Figura 25. Muro alto, cacos de vidro, portão de ferro



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 25 apresenta muro alto pontuado de cacos de vidro, que é uma proteção rudimentar, além de favorecer proliferação da dengue, doença transmitida por mosquitos fêmea principalmente da espécie *Aedes aegypti* e, em menor proporção, da espécie *Aedes albopictus*. Colocar garrafas quebradas em cima de muros e com as pontas de vidro viradas para cima é uma medida de segurança arcaica.

Figura 26. Muro e portão com lanças



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 26 apresenta proteção simples, com muro e portão em precário estado de conservação. Registra-se a vulnerabilidade dessa moradia.

Figura 27. Portão de ferro e lanças



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 27 registra grade/portão com lanças e corrente com cadeado. Esse tipo de proteção aparente torna o imóvel visível aos transeuntes. Encontram-se, na frente da casa, dois cães de pequeno porte que se presume, sejam também elementos que somam à proteção existente.

Figura 28. Muro alto e serpentina



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 28 revela muro alto com serpentina. O estado de conservação de ambos é bom, e aparenta ser entrada de fundos, haja vista, a existência de um portão de ferro com rampa.

Figura 29. Grades, portão de ferro e serpentina



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 29 ressalta proteção no andar térreo e no 1º andar. O imóvel está vazio e com anúncio de locação para finalidade comercial e residencial.

Solicitações para a melhoria de serviços e infraestrutura são feitas pelos moradores e encaminhadas às secretarias para possíveis atendimentos. A ampliação de vagas nas escolas são sempre uma prioridade, face a demanda, além de outros serviços, como: atendimento à saúde, esporte e lazer. A Associação dos Moradores se faz vigilante nas necessidades da comunidade.

Com relação ao lazer e esporte, após anos de abandono, a comunidade de Bela Vista I recebeu, em 2022, um novo campo de futebol.

A área de lazer foi totalmente transformada e recebe um novo campo soçaite com grama sintética, além de toda intervenção no entorno que entrega mais qualidade de vida às crianças que desfrutam o espaço e seus responsáveis que compartilham dessa confraternização com suas famílias (VILA VELHA (ES), 2023).

A comemoração dos moradores fez coro à fala do prefeito (gestão 2020-2024), que participou da entrega junto ao Secretário Estadual de Esportes, secretários municipais, vereadores e demais lideranças presentes. A presença do prefeito *“foi muito boa para nossa comunidade”*. Outros benefícios têm sido observados, como: a instalação de bancos sob a sombra de árvores possibilitando novo visual e conforto à comunidade, que traduz a confiança dos moradores em ter um novo e seguro espaço de lazer.

Para a Secretária de Planejamento e Projetos Estruturantes, as equipes se empenharam para entregar o resultado, por entender o quanto as crianças precisavam da melhoria na área de lazer: *“Nosso trabalho nos desafia a fazer cada vez melhor e a satisfação do povo mostra que estamos no caminho certo. Tudo isso é para criança desfrutar de momentos de diversão com os amigos e com segurança”* (VILHA VELHA (ES), 2023).

Pelas descrições dos bairros pesquisados, nota-se maior volume de informações a respeito do bairro Praia da Costa em detrimento do bairro Boa Vista, face a literatura disponível sobre ambos. Tal informação perpassa pela visibilidade do primeiro, tendo em vista a sua localização, valor do m² superior ao segundo e outros aspectos, que serão apresentados no próximo item, sobre a análise comparativa entre ambos.

5.2. Praia da Costa

Praia da Costa, bairro de Vila Velha - ES, apresenta imponente recorte litorâneo, tornando-o um dos bairros mais nobres do estado, tanto por sua atividade turística e comercial, quanto a sua estrutura de moradias de alto nível de conforto, habitadas por pessoas com padrão social e econômico privilegiados. Considerado um dos m² dos mais caros do Espírito Santo se apresenta, desde a década de 1980, como o paraíso das construtoras de luxo no estado. Tem como limítrofes, os bairros Morro do Moreno (ao norte); Praia de Itapoã (ao sul); Centro e Prainha (a leste).

A Praia da Costa, considerada a principal, é urbanizada e muito movimentada, possuindo um calçadão dotado de ciclovia, de cinco km de extensão. Nela está instalado um sistema de iluminação que permite banhos e prática de esportes no período noturno. Nos finais de semana o movimento cresce ainda mais, tanto durante o dia como à noite, movimentando o comércio de lanches e artesanato variado nos quiosques e no calçadão. Os bairros são interligados ao terminal de ônibus com linhas que atendem à população em horários diferenciados, em dias úteis e em finais de semana.

Dessa forma, denota-se que, com a sua estrutura física fortalecida, que o bairro Praia da Costa é considerado “de elite”, uma vez que recebe atenção do poder público, da associação de moradores e demais entidades que se fazem presentes nesse espaço. De acordo com o site “população.net.br”, a sua população é de 31.083

habitantes, distribuída entre homens e mulheres, conforme o Censo 2010: a masculina, representa 14.474 habitantes (46.57%) e a feminina 16.609 (53.43%).

Entretanto, seus moradores também se valem de equipamentos de segurança para resguardarem-se a si e ao seu patrimônio, tendo em vista a presença da “arquitetura do medo” ali instaurada, conforme imagens de autoria do pesquisador.

Figura 30. Muro alto e serpentina



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 30 mostra uma moradia de dois pavimentos protegida por muro alto e serpentina na frente e na lateral esquerda. Há dois portões de entrada, sendo um para pessoas e o outro, para carros. Presença de interfone que separa os interlocutores interno e externo.

Fotografia 31. Muro, grades com lanças, serpentina e interfone



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 31 revela uma casa edificada em um terreno de esquina, com abundância de proteção material, que se alonga até a proximidade do telhado. Nas grades dos muros, visualiza-se três placas de alerta sobre cães. Há ainda, no jardim, poste elétrico para iluminação.

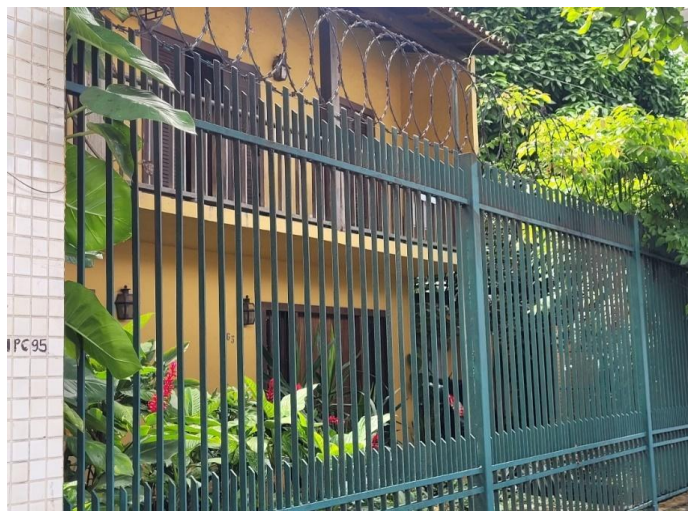
Figura 32. Grades com lanças e vegetação espinhosa



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 32 expõe uma casa fortificada com grade alta e lanças, grades também nas janelas. A vegetação impede, em parte, a visibilidade da casa. A sua frente, vegetação espinhosa densa que inibe a aproximação. Somente a frente do portão há um vazio, para a passagem das pessoas.

Figura 33. Muro alto de ferro e serpentina



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 33 mostra um sólido imóvel residencial constituído de dois andares e um automóvel na garagem. Ostenta abundância de proteção aos moradores e ao seu patrimônio. A imagem ainda nos revela o bom estado de conservação do mesmo.

Figura 34. Muro alto, serpentina, cerca elétrica e câmera



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 34, revela um forte aparato numa única moradia: muro alto, serpentina, cerca elétrica e câmera. Esse é o retrato da “arquitetura do medo” ao reunir, em uma única moradia, quatro proteções visíveis na sua parte externa.

Figura 35. Muro alto, serpentina, sensores e interfone



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 35 demonstra o investimento que os moradores fizeram para residirem numa casa em um terreno de “esquina” e usufruírem do conforto interior. À direita da casa tem um terreno baldio o que, de alguma forma, compromete a sua segurança, uma vez que se visualiza a vegetação acima do muro do referido terreno.

Figura 36. Muro alto e portão no formato “grade” e cerca elétrica



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A foto 36 revela uma moradia de dois andares, com muro alto e portão de ferro no formato “grade”. O segundo andar é fechado por vidro tipo “fumê” e visualiza-se, na lateral, grade na janela. À direita da casa tem um terreno baldio o que, de alguma forma, compromete a sua segurança uma vez que se visualiza a vegetação perpassando o outro lado do muro do referido terreno.

Figura 37. Muro baixo e grade com lanças



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 37 revela muro médio, complementado, na sua altura, por grade com acabamento em lanças e portão no formato “grade”. No seu lado direito, há um prédio que aparenta ter, no máximo três andares, e que forma um paredão de proteção, apesar de janelas em altura superior a casa.

Figura 38. Muro baixo, grade e serpentina



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 38 apresenta casa “de esquina”, protegida com muro e grade de diferentes alturas. A parte frontal tem muro superior ao da lateral esquerda, complementado por grade e sobre essa, serpentina. Na casa de dois andares, à direita, apresenta entrada de veículos fechada, sob serpentina.

Figura 39. Muro alto, portão compacto, cerca elétrica, serpentina e interfone



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 39 vislumbra quatro tipos diferentes de equipamentos para a proteção da moradia, revelando zelo pelo patrimônio, além de poder econômico compatível com despesas desse porte. O muro é coberto com uma vegetação, e diante dele, há muitas de “coroa de Cristo”, planta com espinhos pontiagudos. À direita é visível cerca elétrica e serpentina.

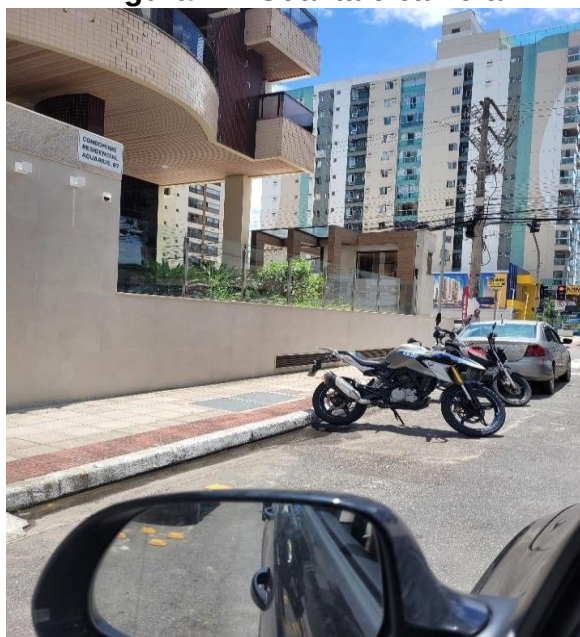
Figura 40. Guarita e câmera



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 40 mostra a entrada de um prédio com guarita, câmera de segurança e muro alto para proteção dos condôminos.

Figura 41. Guarita e câmera



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

Figura 42. Muro alto, câmeras, alarme e guarita



Fonte: Elaborada pelo Autor (2022)

A fotografia 41 revela um prédio edificado em um terreno de esquina com guarita e câmeras de segurança para proteção dos moradores. A foto 42 mostra a entrada principal de um prédio com muros transparentes e altos, interfone, câmeras de segurança e alarme.

5.3. Perfil e dados comparativos dos bairros pesquisados

De acordo com o “Perfil socioeconômico por bairros: indicadores selecionados”, de 2013, editado pela Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV), mais precisamente, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA), que tem como “[...] objetivo divulgar preliminarmente a situação socioeconômica de cada bairro do município, gerando conhecimento a população e subsidiando os gestores públicos na formulação, na avaliação e na implantação de políticas públicas” (2013, n.p.), oportuniza-se elencar dados de interesse da pesquisa acerca dos bairros Praia da Costa e Boa Vista.

A PMVV utilizou, para a consecução do aludido documento os dados disponibilizados pelos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em seu último censo de 2010, dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), divulgados no site da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Registra-se que a divisão por Regiões Administrativas obedece a Lei Municipal nº 4.707 de 10 de setembro de 2008.

A Região 01 abriga, dentre outros bairros, Praia da Costa e Boa Vista I, os quais seguem os seus dados, considerados pelo pesquisador, de maior relevância para o estudo proposto. Estão demonstrados nas tabelas. 1, 2, 3, 4, 5, 6.

Tabela 1. População, gênero e faixa etária

Bairros	População	Homens	Mulheres	0/4 anos	5/14 anos	15/64 anos	65 anos ou mais
Boa Vista	3.143	1.497	1.646	240	537	2.182	184
P da Costa	31.043	14.474	16.609	1.349	3.265	23.241	3.228

Fonte: VILA VELHA (ES), 2013.

A Tabela 1. População, gênero e faixa etária: apresenta o bairro Praia da Costa com número superior a todos os quesitos elencados sobre o bairro Boa Vista I. Depreende-se que em ambos, o número de mulheres é superior ao dos homens. A população (15 a 64 anos) supera as anteriores sendo que, por possuir maior população, Praia da Costa tem superior número de pessoas. Com relação a população de (65 anos ou mais), Boa Vista I tem grande diferença (para menos) nessa faixa etária em comparação com Praia da Costa.

Tabela 2. Razão de dependência

Bairros	Jovens (%)	Idosos (%)
Boa Vista	35,6	8,4
P da Costa	19,9	13,9

Fonte: VILA VELHA (ES), 2013.

A Tabela 2. Razão de dependência: Boa Vista I apresenta um percentual de 35,6% da população inativa (0 a 14 e 65 anos ou mais de idade) em relação a Praia da Costa. Como a fonte não tece nenhum comentário sobre os dados, é possível que seja em decorrência dessas faixas etárias não estarem habilitadas ao trabalho, pela idade, falta de qualificação ou, (os idosos), por nunca terem exercido nenhuma atividade laboral remunerada ou por não conseguirem aposentadoria. Moram com familiares.

Tabela 3. Taxa de mortalidade

Bairros	(%)
Boa Vista	6,0
P da Costa	3,4

Fonte: VILA VELHA (ES), 2013

A Tabela 3. Taxa de mortalidade: entende-se que é proporcional ao número de habitantes. Apesar da população da Praia da Costa ser maior do que a de Boa Vista I, essa última tem percentual mais elevado do que a primeira. Não consta as idades das pessoas em óbito e nem o motivo. Para melhor esclarecimento, a taxa de mortalidade corresponde ao número de mortes a cada 1.000 habitantes por ano.

Tabela 4. Domicílios e condição de moradia

Bairros	Ocupados	Próprios (%)	Alugados (%)	Cedidos (%)
Boa Vista I	975	63,4	30,8	5,7
P da Costa	11.001	73,0	22,7	4,0

Fonte: VILA VELHA (ES), 2013.

A Tabela 4. Domicílios e condições de moradia: revela grande diferença entre os ocupados da Praia da Costa e os de Boa Vista I, face ao maior território ocupacional, número de habitantes e infraestrutura oferecida. Na proporcionalidade de tamanho, as habitações da Praia da Costa são maiores, tendo em vista os edifícios de apartamentos de dez e/ou mais andares, com dois a quatro apartamentos por andar, que abrigam uma população bem maior, de elevado poder econômico e social. Já nos domicílios próprios, a diferença entre ambos os bairros é de 9,6%, podendo ser considerada razoável, bem como os alugados com diferença de 8,1%. Quanto aos cedidos, a diferença é de 1,7%, pressupondo que deve ser por curto período de tempo. Percebe-se que há, entre os moradores dos dois bairros, uma certa camaradagem e acolhimento na seção de um imóvel.

Tabela 5. Serviços públicos

Bairros	Energia (%)	Lixo coletado (%)	Abastecimento de água (%)	Alfabetizados c/ + de 10 anos (%)
Boa Vista I	99,9	100	100	94,5
P da Costa	100	99,9	99,8	99,3

Fonte: VILA VELHA (ES), 2013.

A Tabela 5. Serviços Públicos: denota que as políticas públicas municipais são imparciais nos atendimentos básicos com os dois bairros, uma vez que os percentuais apresentados são muito próximos.

Tabela 6. Taxa de alfabetização

Bairros	Pessoas com 10 anos ou + (%)	Alfabetizadas (%)	Taxa de alfabetização (%)
Boa Vista I	99,9	100	100
P da Costa	100	99,9	99,8

Fonte: VILA VELHA (ES), 2013.

A Tabela 6. Taxa de alfabetização: revela equilíbrio de alfabetização nos bairros referidos, considerando as reivindicações das Associações de Moradores, sobretudo no bairro Boa Vista, e a eficiência da rede de ensino público da PMVV que atende ao ensino fundamental.

Tabela 7. Renda nominal

Bairros	Pessoas com 10 anos ou +	Até 1 salário mínimo (%)	Mais de 1 salário mínimo (%)	Sem rendimento (%)
Boa Vista I	899,3	22,7	43,7	33,6
P da Costa	4571,9	5,7	65,8	28,6

Fonte: VILA VELHA (ES), 2013.

A Tabela 7. Renda nominal: registra a diferença significativa do padrão econômico dos moradores nos bairros Boa Vista I e Praia da Costa. A coluna 3 mostra a acentuada diferença do número de pessoas que vivem com até um salário mínimo, considerando todos os rendimentos (salário, aluguéis, outros). Para melhor entendimento, o salário mínimo foi instituído pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-lei nº 2.162, em 1 de maio de 1940, determinando que todo trabalhador brasileiro, sem distinção de sexo, tem direito a um salário mínimo mensal que deve satisfazer, segundo o texto do decreto, “às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. A coluna 4 também registra a disparidade entre os dois bairros no quesito “mais de um salário mínimo”, confirmando uma das diferenças entre um bairro considerado de elite e outro, popular. E de forma mais próxima, a mesma coluna apresenta o percentual de pessoas sem

rendimento, que se presume crianças com menos de dez anos e idosos que residem com familiares (pai, mãe, avós).

Embora o documento “Perfil socioeconômico por bairros: indicadores selecionados”, de 2013, editado pela Prefeitura Municipal de Vila Velha tenha registro de importantes dados sobre as cinco regiões que formam a cidade de Vila Velha, não há registro sobre a violência urbana. Entretanto,

As agências de segurança que atuam na cidade compartilharam os dados que mostram evolução: Vila Velha apresentou redução histórica de homicídios e queda nos crimes contra o patrimônio, a segunda maior redução em 26 anos (período em que a série histórica passou a ser contabilizada). A Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito apresentou ainda medidas que apontam para ampliação da presença da Guarda na cidade no ano que começou.

Em 2021, quando comparado com o ano anterior, foi registrada queda de 8% de homicídios, chegando ao segundo menor número desde 1996 na série histórica. Crimes contra o patrimônio também reduziram: -14,5% roubo a pessoa em via pública; - 33,68% roubo a estabelecimento comercial; e - 4% roubo em transporte coletivo (VILA VELHA (ES), 2023).

Presume-se que os dados positivos são resultado da atuação integrada da Guarda Municipal e as outras forças de segurança: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, além da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo (EAMES), Exército Brasileiro, Capitania dos Portos, Ministério Público e o Poder Judiciário.

Segundo o atual prefeito (gestão 2020/2024), existe uma ação conjunta investindo na segurança pública. *“Estamos resgatando os espaços públicos que voltam a ser novamente ocupados pelas famílias. Somando à melhoria da iluminação e investimentos na área social, em tecnologia e equipamentos de segurança, impactam na redução dos índices de criminalidade [...]”* (VILA VELHA (ES), 2023).

Segundo dados comparativos entre 2020 e 2021 da Transparência da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SESP (2023), a redução de homicídios em Vila Velha foi de - 8% (segundo melhor resultado histórico desde 1996) e crimes contra o Patrimônio:

Tabela 8. Tipos de crime e redução em %

Tipo de Crime	%
Furto a pessoa em via pública	- 9,47
Furto em Estabelecimento Comercial	- 17,27
Furto em residência/condomínio	- 7,36
Furto em transporte coletivo	- 24,42
Roubo a pessoa em via pública	- 14,5
Roubo a estabelecimento comercial	- 33,68
Roubo em residência/condomínio	sem variação
Roubo em transporte coletivo	- 4

Fonte: ESPÍRITO SANTO, (2023)

Com relação a prestação de serviços de assistência pública à população, denota-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), instalados nas regiões de Vila Velha, inclusive na Região 01, que abriga os bairros Boa Vista I e Praia da Costa.

- **Centros de Referência de Assistência Social – CRAS:** os serviços da Proteção Social Básica são executados de forma direta pelos CRAS e em outras unidades públicas de assistência social como também, de forma indireta, por entidades e organizações de assistência social que estejam no seu território de atuação e sejam referenciadas a este. O município de Vila Velha possui atualmente seis CRAS, sendo que o da Região 01, atende 19 bairros, entre eles, Boa Vista I e Praia da Costa.

- **CRAS Centro - Região 01** – atende 19 bairros: **Boa Vista I**, Boa Vista II, Centro, Coqueiral de Itaparica, Cristóvão Colombo, Divino Espírito Santo, Glória, Ilha dos Ayres, Itapuã, Jaburuna, Jockey de Itaparica, Olaria, Prainha, **Praia da Costa**, Praia das Gaivotas, Praia de Itaparica, Residencial Itaparica, Soteco, Vista da Penha.

Os bairros Boa Vista I e Praia da Costa, localizados em Vila Velha - ES contemplados na presente pesquisa, apresentam similaridades e distorções conforme demonstrado nas imagens e nas tabelas inseridas nesse capítulo. De forma objetiva, chega-se a resultados que corroboram com a hipótese levantada, bem como os objetivos anteriormente propostos.

- Ambos os bairros confirmam a presença da “arquitetura do medo”, bem como tornam os espaços urbanos mais hostis e segregadores, dificultando a convivência entre vizinhos;

- Os mecanismos de proteção e segurança instalados nas moradias diferem do bairro considerado de elite e do popular, uma vez que o de elite utiliza equipamentos mais sofisticados e tecnológicos;

- Os prédios, na Praia da Costa, geralmente têm vídeo monitoramento 24 horas, guaritas, portaria virtuais ou presenciais, além de segurança patrimonial, em algumas ruas, paga pelos moradores;

- Muros altos e portões de ferro são encontrados nos dois bairros, porém, no bairro de elite os portões, na sua maioria, são eletrônicos, principalmente nos condomínios de padrão médio e superior e, geralmente, tais equipamentos fazem parte da estética da moradia, com sugestão de decorador e/ou firmas especializadas, o que não ocorre no bairro popular, instalados com sugestão de instaladores e/ou técnicos ou inseridos pelo próprio morador;

- Os condomínios ou têm porteiros 24 horas ou têm portaria remota, híbrida e autônoma, cujo custo é rateado pelo número de condôminos ou arcado com o provedor da casa (de alto padrão);

- Apesar dos equipamentos instalados nas moradias, a Tabela 8 ainda apresenta registros de: furtos em estabelecimentos comerciais, em residências e em condomínios (ESPÍRITO SANTO, 2023);

- A Associação de Moradores se faz presente nas duas comunidades, solicitando melhorias na infraestrutura, na segurança e em outros quesitos, de acordo com a prioridade e possibilidade de atendimento poder público;

Vislumbra-se as diferenças na arquitetura e fachadas dos imóveis, bem como nos equipamentos de segurança aqui apresentados.

O debate contemporâneo, a proteção das moradias, as articulações lógicas entre a proliferação de problemas associados à urbanização, como a democratização dos territórios, segregação socioespacial e a violência urbana carecem de ações mais contundentes do Estado, para que todos possam usufruir com menor risco do seu patrimônio e de áreas de lazer públicas.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “arquitetura do medo” destaca a relevância do estudo sobre o processo de urbanização que se exprime através da incerteza quanto ao futuro no que diz respeito à segurança, a crescente violência urbana e a segregação das pessoas. Tal processo deu-se com a industrialização, êxodo rural e o crescimento urbano, onde grupos começaram a deslocar-se e aglomerar-se a fim de encontrar trabalho na zona urbana, pela expectativa de conforto que as cidades oferecem, sem perceber-se a complexidade lá instalada.

Como objetivo, a presente pesquisa preocupou-se em discorrer sobre o fenômeno da criminalidade atrelada à sensação de insegurança, que contribuiu para o surgimento de uma arquitetura que explicita o medo e induz a sociedade a investir em mecanismos de segurança como forma de proteção.

A violência urbana, enquanto fenômeno histórico e de crescimento exponencial, abrange diversas conceituações, análises e perspectivas. Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa foi o de compreender a realidade da “arquitetura do medo” nos bairros Boa Vista I e Praia da Costa no município de Vila Velha - ES, utilizando-se bibliografia básica e complementar, bem como, por meio de imagens captadas por aparelho celular, analisadas durante a pesquisa em visitas aos aludidos bairros. O referencial teórico está embasado por renomados autores, como: Amaral (2018), Bauman, (2009), Burke (2002), Caldeira (2000), Gomes (2009), Lira (2017), Mattos (2013), dentre outros.

A metodologia apresenta uma revisão teórica de literatura sobre o tema pesquisado, que é o de relatar as diferentes formas de proteção dos moradores nos dois bairros selecionados, sendo um considerado de elite e o outro, popular. Destaca-se que a pesquisa é um estudo de caso, uma vez que faz relações diretas com o fenômeno a ser estudado e a contemporaneidade, ou seja, o contexto real.

Esse estudo tem por base a discussão sobre a “arquitetura do medo” e nesse cenário, nota-se que a falta de planejamento urbano adequado resulta em cidades ineficientes, já que o poder público não consegue manter, de forma efetiva, os serviços essenciais esperados pela coletividade. Isso resulta em núcleos urbanos informais, caracterizados pela ausência estrutural e logística do Estado, que tem, como consequência, o *déficit* de serviços públicos e o inchaço das cidades. Um dos resultados dessa expansão desordenada dos centros urbanos denuncia o aumento

significativo da violência, fator que impacta diretamente a sociedade e reflete na segurança pública

Sob a ótica da sociologia de Bauman, o medo e a insegurança neste início de século continuam na pauta de temas relevantes. Na sua obra, “Tempos Líquidos” (2007), afirma que a desintegração da solidariedade, apontada pelas relações efêmeras na pós-modernidade, leva o homem de encontro a seus problemas, como o medo e a solidão. O medo da violência e o aumento da criminalidade têm como efeito uma nova compreensão acerca das formas arquitetônicas das moradias.

Concernente às políticas públicas, no âmbito urbanístico, destaca-se sua importância na busca da realização das funções sociais da cidade, acatando, por meio de ações governamentais planejadas a melhoria de vida nas cidades, com a oferta de serviços públicos capazes de possibilitar e garantir aos moradores e usuários a realização de lazer, mobilidade, segurança, dentre outros.

Em se tratando dos bairros Boa Vista I e Praia da Costa, a pesquisa aponta resultados que se alinham à hipótese apresentada: os elementos representativos de segurança encontrados nos bairros de Boa Vista I e Praia da Costa em Vila Velha - ES são diferentes, de acordo com o nível socioeconômico dos moradores, embora os dois bairros tornem a paisagem urbana fragmentada e hostil.

Após análise dos resultados, pode-se afirmar que os bairros pesquisados apresentam similaridades e distorções conforme demonstrado nas imagens e nas tabelas inseridas no decorrer da escrita. De forma objetiva, chega-se a resultados que corroboram com a hipótese levantada, bem como os objetivos propostos.

- Ambos os bairros confirmam a presença da “arquitetura do medo”, bem como tornam os espaços urbanos mais hostis e segregadores, dificultando a convivência entre vizinhos;
- Os mecanismos de proteção e segurança instalados nas moradias diferem do bairro considerado de elite do popular, uma vez que o de elite utiliza equipamentos mais sofisticados e tecnológicos;
- A Associação de Moradores se faz presente nas duas comunidades, solicitando melhorias na infraestrutura, na segurança e em outros quesitos, de acordo com a prioridade e possibilidade de atendimento poder público.

Como produto educacional, apresenta-se uma “Cartilha Elucidativa” sobre os enclaves fortificados que surgiram nas cidades, utilizados pelos moradores, o que torna a paisagem urbana fragmentada, hostil e segregadora, em substituição à liberdade, igualdade, tolerância e respeito às diferenças.

Sobre a “arquitetura do medo” há um leque de desafios a transpor. Na literatura sobre o tema, encontra-se publicados em forma de livro e/ou disponível na *internet*, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, os quais lançou-se mão para dar suporte ao estudo. Embora apresente-se aqui as Considerações Finais, a pesquisa não está concluída. Deixa-se o convite para que outros pesquisadores prossigam a estudar sobre esse importante assunto.

REFERÊNCIAS

ALKIMIN, Akenya Freire de. **A dimensão espacial do medo e da criminalidade urbana em Viçosa - MG**. 2007. 64 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

ALVES, Fernando B. **Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336702125_Avaliacao_da_Qualidade_do_Espaco_Publico_Urbano_PDF>. Acesso em: 5 ago. 2022.

AMADEI, Vicente Celeste; AMADEI, Vicente de Abreu. **Como lotear uma gleba: o parcelamento do solo urbano em todos os seus aspectos (Loteamentos e Desmembramentos)**. 3 ed. Campinas: Millenium Editora, 2012.

AMARAL, Janete de Freitas de. **Paisagens do medo e da insegurança: uma análise da arquitetura do medo na cidade de Viçosa – MG e no bairro Santa Clara**. 2018. 86 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018,

AMARO, Marcos Antônio. **Arquitetura contra o crime: prevenção do crime**. Rio de Janeiro: SENAI, 2005.

ARAGÃO, Antonio Caetano Teixeira Paz. **Arquitetura do medo em Fortaleza**. 2017. 165 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/31644>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ARANTES, Rafael de Aguiar. **A cidade do medo: segregação, violência e sociabilidade em Salvador**. Cadernos do CEAS, n. 235, p. 45-73, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://vlex.com.br/vid/cidade-do-medo-segregacao-788818169>>. Acesso em: 20 maio 2022.

ATLAS do Desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BAUMAN Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Centro Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/10062019_Produ%C3%A7%C3%A3o-T%C3%A9cnica.pdf>. Acesso em: 20 jun.2021.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 2 ago. 2021.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CERVINI, Raúl. **Os processos de descriminalização**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

COSTA, Marco Aurélio Borges. **Vítimas que choram**: trajetórias de coerção, acumulação social e empreendedorismo violento no Espírito Santo. São Paulo: Opção livros, 2016.

ESBRASIL. **Retropectiva 2022**. Vitória: Next Editorial, 2022. Disponível em: <<https://esbrasil.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Página da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Vitória, 2023. Disponível em: <<https://sesp.es.gov.br/2023>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da metodologia científica**: noções básicas em pesquisas científicas. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIAS, Talden. Considerações sobre o Estatuto da Cidade: balanços e desafios. In: FERNANDES, Edésio (Org.). **20 anos do estatuto da cidade**: experiências e reflexões. Belo Horizonte: Guia Cultural, 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmegacidades.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf>. Acesso em: 10 nov.2021.

FELIX, Sueli Andruccioli. **Geografia do crime**: interdisciplinaridade e relevâncias. Marília: Marília; Unesp Publicações, 2002.

FERNANDES, Edésio (Org.). **20 anos do estatuto da cidade: experiências e reflexões**. Belo Horizonte: Guia Cultural, 2021. Recurso Eletrônico.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia integrada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVÊA, Denise de Campos. In: FERNANDES, Edésio (Org.). **20 anos do estatuto da cidade: experiências e reflexões**. Belo Horizonte: Guia Cultural, 2021. Disponível em: <[https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20 anos do estatuto da cidade-spread.pdf](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20%20anos%20do%20estatuto%20da%20cidade-spread.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo soc.**, n. 10, v.1, p. 105-119, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/pMb4BC73bqvqnw6X9DQzWNR/?lang=pt>>. Acesso em: 21 set. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2021.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Observatório da Segurança Cidadã, 2022. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/observatorio-da-seguranca-cidada/paineis-indicadores/crimes-contr-o-patrimonio>>. Acesso em: 8 out. 2022.

_____. Plano Diretor Urbano de Vila Velha. Projeto de Lei: parcelamento do solo urbano. Vitória, 1979. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120803_ij00174_pdu_vv_projetodelei_parcelamentodosolo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. 2. ed.- Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20171128_es01751_geografiadocrime_lyra2017.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. Análise espacial dos crimes violentos e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória. **Anais...** Disponível em: <http://www.cbq2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404087642_ARQUIVO_EDP_Pablo_Lira.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

_____. **Geografia do crime: homicídios e aspectos demográficos no Brasil e Espírito Santo**. 2019. 437 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11165/1/tese_13297_Tese%20Doutorado%20Pablo%20Lira.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

_____. Duas décadas do Estatuto da Cidade: entre avanços progressistas e ameaças da extrema direita conservadora. In: FERNANDES, Edésio (Org.). **20 anos do estatuto da cidade: experiências e reflexões**. Belo Horizonte: Guia Cultural, 2021. Disponível em: <[https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20 anos do estatuto da cidade-spread.pdf](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20%20anos%20do%20estatuto%20da%20cidade-spread.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2021.

LIRA, Pablo; LARANJA, Latussa; MAGALHÃES, Larissa. **Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV**: avaliação das condições de vida humana, Vitória: IJSN, 2010. Disponível em: <https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/ibeu_vitoria.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, Sáadia Maria Borba. Medo e insegurança nas cidades: a violência no uso dos espaços públicos. **Revista de Direito das Cidades**, v. 5, n. 2., p. 206-227, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/9743/7642>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência**: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2013.

MENEZES, Lucas. A corte portuguesa e o urbanismo colonial no Brasil. In: JORNADAS INTERESCUELAS. Facultad de Filosofía y Letras; Universidade Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-010/105.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

RODRIGUES, Pollyana Martins. **Plano diretor municipal à luz do desenvolvimento orientado para o transporte sustentável**: estudo de caso em Vila Velha - ES. 2020. 118 f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Vila Velha. Vila Velha, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uvv.br/bitstream/123456789/807/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_Pollyana%20Martins_FINAL.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. O estatuto da cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. **Revista História**, v. 27, n. 2, p. 89-109. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo: Unesp, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221014797006>>. Acesso em: 20 out. 2022.

SANTOS NETO, João Marcos dos. **Arquitetura do medo e seus reflexos no espaço urbano de Feira de Santana**: o caso do bairro Santo Antônio dos Prazeres. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21134>>. Acesso em: 25 out. 2022.

SOUZA, Márcio Lopes. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TRIVIÑOS. Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

PARTEZANI, Gustavo. **Desenvolvimento urbano e políticas públicas**. Arq. Futuro São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://argfuturo.com.br/post/desenvolvimento-urbano-e-politicas-publicas>>. Acesso em: 17 out. 2022.

VILA VELHA. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão. **Perfil socioeconômico por bairros**: indicadores selecionados. Vila Velha: SEMPLA, 2013. (Estudos e Pesquisas, revisão n. 2). Disponível em: <<https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Perfil%20socio%20economico%20R2.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

_____. Boa Vista I ganha campo society com alambrado e iluminação de LED. 2022. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2022/02/boa-vista-i-ganha-campo-society-com-alambrado-e-iluminacao-de-led-37355>>. Acesso em: 2 jul. 2022.

_____. Lei Complementar nº 65, de 9 de novembro de 2018. Vila Velha, 2018.

_____. Vila Velha Notícias. 2023. Disponível em: <<https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. Disponível em: <<https://lelivros.digital/book/download-estudo-de-caso-planejamento-e-metodos-robert-k-yin-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL

CARTILHA ELUCIDATIVA APRESENTAÇÃO

Tendo em vista a relevância do assunto, essa cartilha tem como objetivo principal apresentar a “arquitetura do medo”, instalada no espaço urbano das cidades contemporâneas, com a finalidade de impedir e/ou amenizar a criminalidade contra pessoas e seus bens materiais, embora modifique a paisagem urbana tornando-a segregadora e hostil, causando o afastamento de grupos sociais, como vizinhos. No seu livro “Tempos Líquidos”, Bauman (2021), afirma que a desintegração da solidariedade, apontada pelas relações efêmeras na pós-modernidade, leva o homem de encontro a seus problemas, como o medo e a solidão.

Tal processo deu-se com a industrialização, êxodo rural e o crescimento urbano, onde as pessoas começaram a deslocar-se e aglomerar-se a fim de encontrar trabalho na zona urbana, pela expectativa de conforto que as cidades oferecem, sem perceber-se a complexidade lá instalada.

O aumento da criminalidade violenta tem como efeito uma nova compreensão acerca das formas arquitetônicas da cidade, que modifica, consideravelmente, a paisagem urbana. Em face da desorganização socioespacial, falta de planejamento urbano e de políticas públicas adequadas, é recorrente o uso de sistemas de autoproteção, por parte dos moradores como forma de se protegerem.

A “arquitetura do medo”, fenômeno social urbano, também influencia na construção das cidades: os condomínios fechados ganharam mais espaço no cenário urbano. Por outro lado, as grades invadiram as janelas, as câmeras e a segurança privada estão cada vez mais presentes no cotidiano da cidade. As casas foram transformadas em verdadeiras prisões, por medo da violência criminal.

Embasado com a pertinência do tema, espera-se, com essa cartilha sobre o tema “arquitetura do medo”, contribuir para melhor compreensão acerca dos enclaves fortificados que modificam a paisagem urbana. Dessa forma, é primordial a implementação, pelo poder público, de diretrizes e estratégias de prevenção do crime através do desenho urbano, de modo a evitar que a sociedade se aproprie de

elementos de autoproteção em substituição à liberdade, tolerância e respeito às diferenças.

ARQUITETURA DO MEDO E ESPAÇO URBANO

A arquitetura do medo é representativa de processos de segregação dentro do território urbano, em relação ao seu próprio desenvolvimento. Trata-se de uma arquitetura que pode existir principalmente, em comunidades com grandes diferenças sociais e econômicas entre ricos e pobres. A violência urbana, de causas tão complexas, leva à segregação e isolamento das pessoas, independentemente da classe a que pertencem.

Por meio de um imaginário de segurança, observa-se o desenvolvimento de uma “arquitetura do medo”, transvestida por equipamentos de segurança, a fim de impedir e/ou possibilitar segurança e proteção. Fazem parte da atual paisagem urbana: grades de proteção, muros altos incrementados por serpentinas, lanças, pregos ou cacos de vidro, lanças, cercas elétricas. Cita-se ainda as guaritas, câmeras de vigilância, sistemas de alarme e os integrados com a polícia, condomínios fechados que configuram a chamada “arquitetura do medo”.

SINALIZADORES DO MEDO

A fim de elucidar melhor compreensão sobre a “arquitetura do medo” e os seus efeitos sobre a sociedade, apresenta-se ilustrações de equipamentos que se traduzem como sinalizadores do medo Figuras 1, 2, 3, 4.

Figura 1. Serpentina



Figura 2. Mandíbula



Fonte: <<https://www.emive.com.br/seguranca/eletronica>>. <<https://www.amazon.com.br/>> (2023)

Figura 3. Grade e lanças**Figura 4.** Câmera de segurança

Fonte: <<https://www.emive.com.br/seguranca/electronica>>. <<https://www.amazon.com.br/>> (2023).

A variedade de elementos de autoproteção é diversificada conforme a tecnologia e necessidade de aprimoramento da segurança. “A violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas forma de segregação espacial e discriminação social”, ressalta Caldeira (2011, p. 9). Portanto, a criminalidade pode ser conceituada como uma desorganização social que ocasiona um rearranjo ambiental como o surgimento de equipamentos e novos espaços defensivos. A repercussão da presença do medo promove a reorganização do espaço urbano, influenciando na identidade cultural, uma vez que promove políticas de inclusão ou exclusão do outro, desestabilizando as relações humanas.

A crescente violência urbana é uma das principais preocupações atuais, no que diz respeito à qualidade de vida dos moradores nas cidades e os seus medos. Com a ameaça à tranquilidade do uso dos espaços públicos e a ansiedade gerada pelo medo surge um misto de emoções volúveis, caracterizada por uma tensão ou desconforto derivado da antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho na rotina entre as pessoas.

Questões de valorização e segurança do espaço público têm sido negligenciadas pela ausência de políticas públicas que minimizem as desigualdades sociais, econômicas, culturais, dos preconceitos estabelecidos e principalmente da violência e do medo urbano. Atualmente, o medo é caracterizado por roubos, assaltos, latrocínios, sequestros.

CRIMINALIDADE E ESPAÇO URBANO

A preocupação com o urbanismo surgiu entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX, com a necessidade de intervenções nas cidades que sofriam com o

grande aumento da população, em função do êxodo rural, ocasionando problemas de habitação e de circulação das pessoas, à época da revolução industrial (1871 a 1880). Considera-se também fruto de uma imagem da cidade que incorporava os efeitos das novas infraestruturas urbanas numa outra concepção do espaço.

Entende-se como espaço urbano a organização das atividades humanas de maneira justaposta no meio geográfico, cujas composições são responsáveis pela formação/organização das cidades, dos bairros e das atividades nelas desenvolvidas e necessárias, bem como o seu sistema de organização socioespacial. A cidade, por outro lado, é a materialização do urbano, com aglomerações populacionais: conjuntos e/ou condomínios de casas, prédios e áreas comuns de lazer.

A sensação de insegurança, proveniente do medo provocado pela criminalidade, contribui para o surgimento e desenvolvimento de uma arquitetura que explicita o medo. Isso, faz-se observar mecanismos de segurança voltados para a autoproteção presentes no espaço urbano. A alienação, distorce a percepção da realidade e a sociedade passa a associar violência à pobreza e quem tem poder aquisitivo se isola em condomínios fechados contribuindo para o aumento da exclusão social gerado pelo medo.

Dentre as inúmeras problemáticas que afetam o espaço urbano, estão as mídias que intensificam a criminalidade, apontando como um dos principais problemas do cotidiano. Embora seja uma característica de todas as sociedades, na atualidade tal fenômeno vem crescendo de forma rápida, exigindo, das autoridades, um controle imediato.

Além do mais, há outros fatores, tais como: a desorganização socioespacial, falta de planejamento urbano e de políticas públicas, que, somados ao medo e a violência, contribuem para esse novo padrão de construção, que estimula a edificação dos condomínios horizontais fechados, bem como a implementação de dispositivos ligados a segurança como principal elemento das edificações.

Segundo Lira (2017, p. 128): “com a constante sensação de insegurança e ampliação do referido medo, os habitantes das grandes cidades encontram-se em uma incessante corrida pela segurança, alterando suas práticas sociais e proporcionando a configuração e espaços hostis”.

Esse novo desenho urbano retrata a denominada “arquitetura do medo”, que pode ser conceituada como formas de autoproteção, simbolizadas por muros com tipologias de fortalezas, tornando-se cada vez mais altos e fechados, levando aos moradores a compartilharem a cada dia o enclausuramento moderno.

CONCLUSÃO

Diante da realidade violenta no contexto atual, é inevitável a utilização de elementos de autoproteção que modificam a paisagem urbana e não contribuem, de modo efetivo, para a diminuição da criminalidade, dando uma falsa sensação de segurança. A fim de evitar o desgaste do tecido social, verifica-se que a arquitetura pode contribuir para uma cidade mais humana, devendo assim, o poder público, estimular a aplicação das estratégias para a prevenção da criminalidade.

O conceito de arquitetura aplicada atualmente não traz qualidade de vida para os cidadãos, tendo em vista o afastamento das pessoas, gerando a segregação e hostilidade do espaço social.

Sob a ótica da sociologia de Bauman, o medo e a insegurança neste início de século continuam na pauta de temas relevantes. Em “Tempos Líquidos” de 2007, sua obra citada anteriormente, o autor afirma que a desintegração da solidariedade, apontada pelas relações efêmeras na pós-modernidade, leva o homem de encontro a seus problemas, como o medo e a solidão. O medo da violência e o aumento da criminalidade têm como efeito uma nova compreensão acerca das formas arquitetônicas das moradias.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp: 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniauréli**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

KRUG, Etienne et al. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LIRA, Pablo da Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. 2. ed. São Paulo: Letra Capital, 2017.

GLOSSÁRIO

EXPANSÃO URBANA – Toda e qualquer transformação territorial que tenha por objeto ou por efeito o aumento da área total de solo urbanizado, resultando na ampliação do perímetro urbano.

MEDO – Sentimento de viva inquietação ante a noção de perigo real ou imaginário, de ameaça; pavor, temor (Mini Aurélio: Dicionário da Língua Portuguesa, 2010, pag. 496).

SEGREGAÇÃO URBANA – Refere-se à marginalização de determinadas pessoas ou grupos sociais por fatores econômicos, culturais, históricos e até raciais no espaço das cidades (favelas, cortiços, habitações em áreas irregulares, invasões).

VIOLÊNCIA – Segundo a Organização Mundial de Saúde, caracteriza-se pelo uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002).